

Vila Nova de Famalicão entre a Revolução Liberal e a Primeira República - cultura, alfabetização/ escolarização, sociedade¹

Justino Pereira de Magalhães
Doutorado em Educação - História da Educação
Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação
Universidade de Lisboa

INTRODUÇÃO – A PROBLEMÁTICA

1. Justificando-se, relativamente ao mapa de frequência escolar, do mês de Abril de 1884, o delegado escolar da freguesia de Jesufrei, redigiu um ofício ao presidente da Junta Escolar, participando «que hua criança que nese offisio ahi se ffes mensam proguntei se o pai ensinava disseram que não ffui a caza dele dise me que savio munto bem letra redonda eu disele que iso que não era escola entam ele dise que os nam queria para doutores nem padres que a escola os nam mandava se ateimase munto com hele que tinha alguas livras para gastar e mais para polbra e vala ora se ha modo de executar executese porque eu da minha parte nam me enbaraso mais com hele porque he ome malcriado dis que os puna ffora da ffrg^a./ Deus garde a v Ex^a/ Jezufrei 29 de abril de 1884».

De facto, a generalidade das crianças em idade escolar não se destinava a padre ou a doutor e isto no que se refere ao sexo masculino, uma vez que relativamente à instrução do sexo feminino, as posições dos pais e da sociedade eram ainda menos favoráveis. Não se destinando a padres ou a doutores, as crianças deveriam no entanto aprender a ler e a escrever e saber utilizar a «letra redonda», à semelhança do próprio delegado paroquial, cuja aprendizagem alfabética não lhe permitira aperceber-se de parte das regras fundamentais da gramática portuguesa e menos ainda das exceções gramaticais mais frequentes. Fixou o valor dos símbolos e ajusta-o à sonoridade, conforme a intuição lho recomenda. Transcreve para escrito mensagens básicas e, chamado a desempenhar um cargo ligado à instrução pública, não se inibiu, nem as autoridades concelhias o ignoraram.

Como hipótese de trabalho, considera-se que este delegado paroquial de Jesufrei representa o alfabetizado típico desta região, para o período compreendido entre finais de setecentos, entrando pelas primeiras décadas do século XX. Deste modo, muito provavelmente, não apenas os filhos dos proprietários agrícolas, dos negociantes, dos capitalistas, foram iniciados à cultura escrita, no seio da família, do quadro doméstico, ou junto de um mestre de Primeiras Letras, tirando proveito dos períodos menos intensos da vida campestre, mas também filhos de jornaleiros, de oficiais e trabalhadores de ofícios, de pequenos comerciantes. Uma base literária que lhes permitiu o desempenho de funções sócio-profissionais no quadro administrativo local e a resolução de questões ligadas à economia doméstica e à produção por conta própria e necessidades de comunicação.

Com efeito, não contando o território concelhio, em 1844, com mais de 6 mestres régios, dos 56 procuradores eleitos, pelas freguesias do concelho para proverem a receita do ano de 1838, apenas 1 não sabia assinar, chancelando de cruz. De modo

¹ Publicação: Magalhães, Justino (2005). Vila Nova de Famalicão entre a Revolução Liberal e a Primeira República: Cultura, Alfabetização/ Escolarização, Sociedade. In Capela, José Viriato; Marques, José; Costa, Artur Sá da; Silva, António Joaquim Pinto da (Coordenação). *História de Vila Nova de Famalicão*. Vila Nova de Famalicão: Edições Quasi, p. 409-441.

análogo, chamados a prestarem juramento à Monarquia Portuguesa, em 1838, dos 41 presidentes de junta, apenas o de S. Miguel das Aves era não-assinante. As marcas autográficas, quer dos procuradores, quer dos presidentes das juntas de freguesia são genericamente legíveis, muito embora, com excepção para alguns poucos, o «ductus» é bastante rudimentar e inseguro. Um traçado com qualidade mediana. Não obstante, uma vez iniciados à cultura escrita, jamais se inibiram de participar nas actividades políticas e sociais do seu tempo e administração concelhia reflecte uma circulação regular da mensagem escrita e uma mobilização esclarecida e oportuna dos órgãos de poder local.

Uma das abordagens possíveis para a história da educação por forma a obter um texto que contenha informação suficiente sobre a realidade em estudo e permita a compreensão e a explicação dessa mesma realidade, é, definindo como dimensões fundamentais a pedagógica, a sociológica, a antropológica, a cultural, desenvolver uma investigação que articule as dimensões da acção/ materialidade, com a representação/ projecção e intervenção dos actores e, por fim com a apropriação, ou seja as capacidades de decodificação e de uso da cultura escrita, por parte dos sujeitos e das comunidades. Uma dialéctica triangulada em que as condições materiais se articulam com as dimensões sócio-culturais, pela acção dos sujeitos e dos grupos humanos, assumindo papéis diferenciados.

UM MUNICÍPIO CRIADO DE BASE

2. Muito embora o fenómeno concelhio e de urbanização seja tardio, no que se refere a Vila de Famalicão, quando comparado com outros municípios, havia alguns coutos e honras que desde o período pombalino-mariano, beneficiavam de mestre de Primeiras Letras. Por outro lado, sendo o factor concelhio um móbil para a alfabetização, dado envolver uma diversidade de práticas, papéis e funções onde a cultura escrita é necessária, e tender a funcionar como um estímulo e um factor de desequilíbrio, em termos de mobilidade social e de estratégias de vida, no caso particular de Vila Nova de Famalicão parece comprovar-se que a alfabetização se não gera de si própria uma transformação histórica, é um factor favorável e que os períodos de mudança histórica tendem a ser precedidos de uma expansão e de uma melhoria das taxas de alfabetismo. Assim sucedeu com a movimentação social e política para a criação do município.

O núcleo urbano de Famalicão desenvolveu-se na confluência de eixos viários fundamentais, transversais e paralelos ao rio Ave, no entanto, a definição do itinerário principal na ligação Braga-Porto, cruzando o Ave na Trofa e atravessando o próprio núcleo urbanizado de Famalicão, é posterior à fixação da sede do concelho. A definição deste itinerário principal, tendeu a neutralizar as travessias barcais do Ave, quer a montante, com manifesto prejuízo para Sto Tirso, quer a jusante, bem como a secundarizar o itinerário pela Ponte da Lagoncinha. A rede de itinerários medievais e setecentistas perpendiculares ao Ave sofre uma concorrência determinante com as frequentes melhorias dos itinerários viário e ferroviário concentrados, a partir da segunda metade de oitocentos, entre Lousado e Trofa. Em 1840 registam-se algumas movimentações de cidadãos urbanos, solicitando a expropriação de terrenos para poderem edificar suas casas e quintal. Embora unisseculares, no plano histórico, os factores administrativo e concelhio, têm uma importância fundamental nos destinos históricos desta região.

A evolução histórica que marca o município na segunda metade do século XIX caracteriza-se por um aumento demográfico, uma diversificação e uma especialização da produção e circulação de bens, produtos e serviços, com o crescimento dos sectores secundário e terciário; o desenvolvimento do núcleo urbano como sede de concelho, sua

progressiva adaptação às necessidades administrativas, judiciais, financeiras, económicas, sociais, culturais e reforço da integração municipal com uma rede viária de comunicação e o fomento de um vaivém regular de gentes, bens e serviços entre a sede concelhia e as zonas industriais e rurais. A vila povoa-se de um comércio e de um artesanato fixos e as feiras semanais e anuais alimentam a circulação regular e a sazonalidade dos produtos e mercadorias. A autarcia económica e social dos núcleos rurais paroquiais, ainda que não houvesse sido muito acentuada, dadas as proximidades geográficas e a facilidade de circulação, é a partir da segunda metade do século XIX mediatizada pelo centro urbano. O desenho e a evolução desse núcleo urbano reflectem uma regular convergência de gentes, criando praças de acolhimento centralizadas, um grande campo de feira, espaços e actividades sócio-culturais. Os Paços do Concelho, o Tribunal, como mais tarde o hospital ainda que tardem a sedear-se em edifício próprio, são sentidos e arquitectados por forma a darem resposta integrada e centralizada ao todo municipal. Esta polarização permite compreender algum atraso no desenvolvimento das zonas peri-urbanas e não impede a permanência de alguns núcleos urbanizados e mercantilizados, em zonas estratégicas de integração municipal, designadamente, Gondifelos na confluência de Barcelos, Póvoa de Varzim e Vila Nova de Famalicão; Riba d’Ave (Santana), na confluência de Sto Tirso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão; Joane, na direcção de Braga e na periferia de Guimarães e da zona industrial do Ave. Vermoim, centro judicial e sede de comarca com raízes anteriores ao período medieval, foi neutralizado neste novo ciclo de desenvolvimento histórico.

UMA CULTURA ESCRITA NO LIMIAR DA SUFICIÊNCIA

3. Quais as oportunidades geradas pela cultura escrita? Que instâncias de iniciação à cultura escrita se foram desenvolvendo? Que instâncias de continuidade? Como se relacionam as capacitações literárias com as estruturas social e sócio-profissional? Qual o papel da escolarização? Como se formaram e reproduziram as elites? Como se articularam os processos de industrialização e escolarização? Noutro estudo mostrámos que para finais do século XIX, a uma maior frequência escolar na parte industrializada do concelho, não correspondera uma maior taxa de certificação no exame de conclusão da instrução elementar, contrariamente ao que sucedia na zona mais ruralizada do concelho (1994-95). Também num outro estudo, elaborado para a região do têxtil, pudemos concluir que se prolongava pelas primeiras décadas do século XX, uma grande indefinição de níveis básicos de literacia, sendo usuais as práticas de leitura e de escrita no limiar da iniciação, pois que havia quem apenas soubesse ler, ou assinasse e quem soubesse ler, escrever e contar, sem no entanto poder apresentar um diploma de habilitação escolar. Como se iniciaram e fomentaram as práticas da leitura e da escrita? Estando o concelho de Vila Nova de Famalicão, inserido num contexto geográfico e económico mais amplo - o Vale do Ave - onde a indústria têxtil se tornou determinante, que relação se estabeleceu entre as oportunidades profissionais e a formação escolar?

É este o quadro analítico que se desenvolverá no presente estudo, cruzando informação e relacionando três dimensões fundamentais de uma mesma realidade histórica: cultura; alfabetização/ escolarização; sociedade. Um estudo focalizado num contexto geográfico, económico, político e sócio-cultural definidos, mas simultaneamente um estudo integrado em contextos mais vastos e aberto à comparação. As informações, embora privilegiando as fontes locais, não se lhes circunscreverão, muito embora, na medida do possível se procure fazer uso de fontes primárias.

FORMAÇÃO, EVOLUÇÃO E FUNCIONAMENTO DA REDE ESCOLAR

UM CRITÉRIO DEMOGRÁFICO E ADMINISTRATIVO (MATERIALIDADE)

4. A formação do mapa escolar do concelho de Famalicão, embora evoluindo de forma gradual, apresenta alguns períodos de maior desenvolvimento e como sucede noutras regiões do País, há cadeiras que são de novo criadas em período posterior, como sucede com Landim que, em 1842 tem uma Cadeira de Primeiras Letras, a que deixa de haver referência nos anos seguintes, para de novo ser criada em 1886. O mapa escolar pombalino, publicado por Alvará de 6 de Novembro de 1772 a que foi anexo um Suplemento de 11 de Novembro de 1773, não faz menção de Cadeiras Régias no actual território do concelho de Vila Nova de Famalicão.

Em 1821 havia no entanto Cadeiras de Primeiras Letras em Famalicão, Landim e Vermoim. Em Famalicão havia também uma Cadeira de Gramática Latina. Em 1842, o recém-criado concelho de Vila Nova de Famalicão, herdava uma rede escolar constituída pelas seguintes Cadeiras de Primeiras Letras: Vila, S. Miguel das Aves, Bairro, Joane, Landim, Ruivães. Provavelmente havia mestras e mestres particulares na Vila e noutras zonas do concelho. A rede de Cadeiras Régias articulava-se com as estruturas administrativas do Antigo Regime e com o traçado das principais vias terrestres e estava a cargo de um conjunto de mestres laicos que orientavam os seus destinos profissionais por concurso, procurando as terras de maior conveniência. A rede escolar alargava-se de forma cumulativa, tornando-se extensiva a freguesias contíguas e reforçando a integração municipal, uma vez que, com excepção do núcleo urbano, há uma maior intensificação de cadeiras nas zonas periféricas do concelho.

Aos inquéritos de 1866 responderam os professores de Vila Nova de Famalicão (masculino e feminino); Vermoim, Cabeçudos, Carreira, S. Cosme do Vale, Cavalões, Jesufrei, S. Mateus de Oliveira, Joane. A rede escolar estava em fase de alargamento e vinte anos mais tarde (1886), para além das referidas, escolas, estavam em funcionamento as escolas de Ribeirão, Delães, Requião, Nine. Ainda nesse mesmo ano de 1886, foram criadas as escolas de Landim, Lousado, Santa Maria de Arnosos, Louro, culminando processos de negociação de natureza vária, alguns dos quais muito demorados.

Seja pela tradicional ligação à formação catequística e aos curas, seja por razões de acessibilidade, uma vez que era possível a frequência diária da igreja e dos actos do culto, seja ainda, por razões sócio-culturais cujo estudo não está feito, a razão entre a população e a escola de primeiras letras tomava como referência, desde a segunda metade do século XVIII, o espaço paroquial. A cadeira, a escola de primeiras letras, como estruturas públicas, por contraponto aos mestres, onde a referência ao privado e ao doméstico era mais sensível, adequava-se à noção de paroquialidade. Neste sentido, a instância municipal justificava-se essencialmente por razões político-administrativas. Embora, desde 1844, as Câmaras Municipais tivessem de ser ouvidas relativamente à criação de cadeiras e dispusessem de efectivo poder na criação de condições logísticas, a iniciativa partia geralmente das juntas de paróquia que utilizavam como factores de pressão os governos civis, os administradores dos concelhos e a própria inspecção escolar.

A tensão paroquial para a criação de escolas próprias, faz-se sentir por diversos sintomas. Assim na pouca frequência das escolas, para além dos alunos da respectiva paróquia e na conflitualidade que marca a definição do Plano Escolar, sequente à lei de Rodrigues Sampaio. Na década de setenta do século XIX, assiste-se a uma intensificação da pressão das juntas de freguesia para a criação de cadeiras do ensino

primário. Na acta da reunião de Câmara, que tivera lugar em 20.4.1878, foi apresentado um ofício do administrador do concelho, remetendo uma solicitação da junta da freguesia de Fradelos, em que pedia ao Rei a criação de uma cadeira do ensino primário, visto ser uma freguesia muito populosa e não haver nenhuma cadeira próxima que permitisse aos alunos aproveitá-la. A Câmara, instada a pronunciar-se, corrobora a necessidade e as vantagens daquela criação. O mesmo para a freguesia do Louro.

Tendo em atenção os resultados do *Censo da População de 1864*, verifica-se que as decisões municipais tomam como principal critério o demográfico - a rede escolar vai articulando este critério com o geográfico e o de integração, mas há uma inversão de política, tendendo para uma racionalidade que supera alguma casuística do Antigo Regime. Entre as décadas de setenta e oitenta ficaram com escola as paróquias com mais de 1.000 habitantes e aquelas que se aproximavam.

Em 22 de Março de 1879, idêntico pedido era apresentado ao administrador pela junta da freguesia de Nine. No entanto, quatro anos mais tarde, por ofício datado de 7.3.1883, ainda o Governador Civil inquiria a Câmara Municipal sobre se a «escola do ensino elementar da freguesia de Nine» se destinava ao sexo masculino, ou ao sexo feminino. Finalmente, em Setembro do mesmo ano, a Cadeira de Instrução Primária do sexo masculino da freguesia de Nine era posta a concurso. Porém, na sessão de 10.4.1886, a Câmara Municipal, informada que o professor não estava a exercer por falta de residência, oficiava à Junta de Paróquia que rapidamente resolvesse a situação. O mesmo para Ribeirão. Instada, a Junta de Nine declarava que a casa da escola tinha comodidade.

Em 10 de Abril de 1879, acompanhado de um ofício, o Governo Civil remetia à Câmara Municipal o processo de pedido de criação de uma cadeira do ensino primário do sexo masculino em S. Tiago de Antas. A Câmara respondia que efectivamente nem S. Tiago de Antas, nem Santa Maria do Abade, nem ainda Lagoaça se podiam aproveitar das cadeiras já existentes «pela distância e péssimos caminhos sobretudo na estação invernososa (...) É urgente a criação da cadeira» (*Livro de Actas*, p. 49).

Por circular, dada a conhecer na reunião da Câmara Municipal de 1.8.1883, o Governador Civil solicitava com urgência o envio do Plano Primário das escolas do Concelho, em conformidade com o artº 75 da lei de 2.5.1878. Ficou incumbido o vereador Pinto Basto, que, coadjuvado pelo escrivão da Câmara, formulasse o Plano e o submetesse à aprovação da mesma. O referido plano viera a ser discutido na sessão de 16.2.1884, em que estiveram presentes o presidente e os vogais da Junta Escolar, tendo um destes vogais proposto que o mesmo fosse mais detidamente examinado pela Junta antes da sua aprovação (*Livro de Actas da Câmara*).

A abertura de uma escola envolvia um processo articulado entre as juntas de paróquia, a câmara municipal e o inspector de quem dependia, em última instância a aprovação das instalações. Em várias ocasiões houve lugar para algum contencioso, foram os casos de Nine e do Louro e foi, mais para final do século, o caso de Cabeçudos, que conforme foi possível apurar mais tarde, em sede de Câmara, havia uma questão há vários anos pendente, uma vez que o inspector não concordara com as obras feitas pelo proprietário da casa arrendada para escola. Aliás na resposta ao inquérito de 1866, o professor não respondeu senão à primeira parte.

Até final do século, a rede escolar continuou a alargar-se, ainda que de forma lenta. Em 1886, fora criada a escola de ensino primário elementar para o sexo masculino da freguesia de Landim, tendo no ano seguinte (10.3.1887), a Junta da Paróquia sido autorizada a cobrar uma contribuição directa para custear as despesas do fornecimento da mobília. Em 17.1.1886, foi criada a escola primária elementar do sexo masculino, na freguesia de Lousado, com justificação que era das mais populosas, já que tinha mais de

60 crianças do sexo masculino em idade escolar. Em 25.9.1886, fora criada a escola do ensino primário do sexo masculino de Arnoso - Sta Maria.

Em 1891, enquanto a manutenção das escolas continuava a cargo das Câmaras Municipais, os professores passaram a ser pagos directamente pelo Tesouro Público. Assim, em 6.12.1893, foi remetido pelo Governo Civil à Câmara Municipal, um abaixo-assinado de alguns moradores de Mouquim, pedindo a criação de uma escola elementar para o sexo feminino, para que a Câmara informasse se a criação da referida escola trazia encargos para o Tesouro e se estavam asseguradas mobília e casa para a escola e para o professor. Ao que a Câmara respondera que havia freguesias mais necessitadas de escolas para o sexo feminino, pois que Mouquim era de insuficiente população, acrescentando, por outro lado, que era impossível à Câmara onerar mais o seu orçamento com verbas para a instrução.

Em 1900, segundo o Relatório da Exposição Universal de Paris, havia as seguintes escolas, num total de 25: Arnoso Sta Maria, Cabeçudos, Carreira S. Tiago, Cavalões - masculina e feminina, Delães, Fradelos, Gavião, Gondifelos, Jesufrei (masculina e feminina), Joane, Landim, Louro, Lousado, Nine, Oliveira Sta Maria, Requião, Riba d'Ave, Ribeirão, Ruivães, Vale S. Cosme, Vermoim Sta Maria, Famalicão (masculina e feminina) (*Exp. Univ.* 1900: 20). Algumas das principais freguesias pedem e obtêm a duplicação da rede escolar, criando uma escola feminina. Requião tinha escola feminina desde 1909 e a escola feminina de S. Cosme do Vale foi criada em 1910.

5. A instabilidade e porventura alguma especulação nas rendas, gerada pelo arrendamento das casas de escola, ressaltam das preocupações constantes da declaração proferida pelo presidente da Câmara, na sessão de 5.3.1910 - que «sendo a maior parte das escolas oficiais deste concelho instaladas em prédios pertencentes a particulares e constando que estes tratam de despedir das casas os seus inquilinos em razão da recente portaria do Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda que manda colectar os mesmos prédios pela importância das rendas, achando-se assim os proprietários prejudicados em razão de por seus prédios terem de pagar mais contribuição do que quaisquer outros proprietários, e além disso a circunstância de ser quase impossível adquirir casa rapidamente impedindo o funcionamento das escolas com grave prejuízo da instrução propunha que se apresentasse aos deputados deste distrito para intercederem perante o Governo e as Câmaras Legislativas a fim de se obstar por qualquer medida superior a semelhante acontecimento».

A construção de edifícios de raiz constituía um encargo financeiro insuportável para a generalidade dos municípios, tendo algumas sedes de concelho beneficiado com a implementação do legado do Conde Ferreira. Em 1896, a Junta Paroquial de Vila Nova de Famalicão, ainda que constituída em Comissão de Beneficência, viu o seu pedido de um orçamento suplementar indeferido pela 1ª Direcção, 1ª Repartição da Administração Política Civil, pois que apresentava uma estimativa de despesas superior à receita. O pedido, apresentado em 1.6.1896, destinava-se a custear através de subscrição pública a primeira fase das obras de pedreiro do edifício escolar para ambos os sexos, cuja planta anexa.

Em 1911 é pedida a criação de mais escolas, S. Tiago da Cruz (sexo masculino), Lemenhe (mista), Landim (feminina). No mesmo ano, um benemérito falecido em Lisboa, lega uma verba para a construção de uma escola na freguesia de Bairro. É pedida e criada uma escola para o sexo feminino em Telhado (29.7.1911).

Todavia, a Câmara vai assumindo com prudência as despesas que advêm da criação de novas escolas - arranjo e aluguer do edifício escolar, casa do professor,

mobília da escola, pelo que, interpelada pelo Inspector do Círculo Escolar de Barcelos, sobre se já havia habilitado casa, mobília e utensílios para a escola do sexo feminino projectada para a freguesia de Landim, informa que nos termos do parágrafo primeiro do Artº 41 do Regulamento de 19.9.1892, não tornaria efectivo tal fornecimento senão depois de decretada a criação da referida escola.

Na sessão de 24.8.1912, a Câmara delibera oficial ao Ministério do Interior que as residências paroquiais de Gondifelos, Vermoim e Requião poderiam ser adaptadas a casas de escolas primárias, se o Ministério custeasse as reparações a fazer que, no conjunto, não excederiam 500\$00, ao que o Ministério respondera que tais despesas cabiam às Câmaras Municipais.

A rede escolar aumentava por consequência de forma lenta, e com a possibilidade de co-educação, algumas escolas passaram a mistas, evitando a duplicação da rede. Assim sucedera com a escola de Delães, em 1913. Aliás desde antes da República que com frequência a Câmara deliberou sobre as vantagens de converter em mistas as escolas das freguesias rurais, assim Castelões, em 18.1.1909. De facto, a Câmara envolvida, havia cerca de duas décadas em várias frentes financeiras: abertura e melhoramentos de caminhos e da rede viária; organização material e logística, arranjo arquitectónico do espaço urbano e dos serviços centrais do Município, incluindo abertura de ruas e praças, construção dos Paços do Concelho, electrificação, optava por uma contenção nas despesas com a instrução pública. Limitava-se a corresponder às solicitações básicas das populações, sendo no final de cada ano, nulo o saldo do cofre da instrução pública. Eram frequentes os pedidos de reparação nos edifícios destinados a escola e habitação do professor, vendo-se a Câmara na necessidade de deslocar temporariamente as escolas para outros edifícios. Casos houve em que o desentendimento entre a Câmara e o proprietário geraram situação de manifesto prejuízo para a instrução pública. Uma das situações mais drásticas passou-se na freguesia do Louro, em que os republicanos, recém instalados na Câmara, cedo se aperceberam da gravidade da situação, pois ia para dois anos que as crianças não tinham escola, continuando todavia o mestre a receber o seu vencimento, posto haver um conflito que tardava a resolver-se entre a Câmara e o proprietário do edifício.

Foi por conseguinte com entusiasmo que, na sessão camarária de 12.4.1913 foi acolhida e dada a conhecer uma circular da Direcção Geral da Instrução Pública, pedindo a colaboração de quaisquer entidades ou corporações para iniciar a construção de edifícios para escolas. Não apenas a manutenção se revelava um pesado ônus, como impedia um planeamento definitivo.

Este estímulo dado à instrução em 1913, sente-se também noutras iniciativas camarárias do mesmo ano. Em 16.8.1913, o presidente da Câmara deliberou criar uma escola do sexo masculino na freguesia de Arnoso, Sta Eulália, visto não haver escolas na região e que fosse autorizado o proprietário do edifício alugado para escola de Landim a fazer obras de adaptação, devendo a renda anual mediar entre 20\$00 e 30\$00. De igual modo foi comunicado aos regedores de Lemenhe e S. Tiago da Cruz que informassem sobre edifícios apropriados para instalação das escolas primárias e lembrado ao Senhor Pinheiro Braga que seria ocasião de efectivar um oferecimento «que em tempo gentilmente fizera de fornecer mobília e utensílios escolares para estas duas escolas». Relativamente a S. Tiago da Cruz, em Setembro do mesmo ano, havia já resposta positiva do regedor.

Data também de 1913, uma importante medida governamental sobre o fomento das Escolas Móveis. Interrogada, através do Administrador do Concelho sobre o número de Escolas Móveis necessárias, a Câmara informou que seriam 3, vindo a comprometer-se junto do Director Geral da Instrução Pública «com a melhor boa

vontade a fornecer a luz necessária às escolas móveis que aqui se estabeleçam» (23.8.1913). Em Novembro seguinte, o Inspector das Escolas Móveis recomendava que nada faltasse para o regular funcionamento da Escola Móvel de S. Julião do Calendário. Por sua vez, em 25.11.1914, o Professor do Grupo Móvel da Vila, comunicava que a luz do respectivo curso era insuficiente.

Pela Acta da Sessão de 6.9.1913, em são nomeados os delegados escolares, fica saber-se que há escola nas seguintes freguesias: Antas, Arnoso (Sta Maria), Avidos, Bairro, Cabeçudos, Calendário, Carreira, Cavalões, Delães, Fradelos, Gondifelos, Jesufrei, Joane, Landim, Louro, Lousado, Nine, Oliveira, Ribeirão, Ruivães, Telhado, S. Cosme do Vale, Vermoim, Famalicão.

Entre Novembro e Dezembro do mesmo ano foi aberto concurso para as escolas femininas de Ruivães, Jesufrei, Ribeirão, Vermoim.

A Câmara acolheu com louvor o pedido de autorização do professor oficial da Vila (29.9.1913), para leccionar, na escola oficial, um curso nocturno gratuito. Na sequência desta autorização, também os professores oficiais de Vermoim e Castelões formularam idêntico pedido, tendo o professor de Vermoim solicitado apenas que a Câmara custeasse a iluminação da sala (escola masculina). Foram autorizados, devendo enviar mensalmente um relatório de frequência dos cursos.

Proposta a criação de uma escola mista na freguesia de Mouquim, tendo a Câmara concordado.

Por ofício do Inspector do Círculo Escolar de Barcelos fica-se informado que foi nomeado Amadeu da Silva Pereira, para fazer parte do Conselho de Assistência Escolar do Concelho (11.2.1914).

A Câmara deliberou pedir à Comissão Central da Separação, a cedência da Moraça (sic) do Passal, na freguesia de Ribeirão para construção da casa da escola a expensas dos beneméritos cidadãos João José da Silva e António Joaquim Machado, da mesma freguesia (18.2.1914). A Comissão perguntou por ofício quanto oferecia a Câmara pelo terreno, tendo o assunto ficado adiado (25.2.1914).

Criada uma escola para o sexo masculino em Sta. Eulália de Arnoso, veio a Câmara a equipá-la com 18 carteiras de 2 lugares; 1 mesa para o professor, 1 estrado, 1 cadeira de braços, 1 cadeira simples, 18 tinteiros, 1 quadro preto de lousa e respectivo cavalete, 1 colecção de quadros de leitura, 1 colecção de mapas corográficos, 1 contador mecânico com pés de ferro, num orçamento global de 86\$90. O mesmo mobiliário e orçamento para a Vermoim, com excepção do quadro preto de lousa (6.5.1914). A escola de Vermoim fora entretanto equipada com sentinas.

Em ofício posterior.

Em 1919, após vários anos em que a pressão do número de alunos forçou a que os respectivos exames do 2º grau, tivessem lugar em Famalicão, não tendo assim as várias dezenas de alunos que deslocar-se a Barcelos, foi pedida, por telegrama dirigido ao Presidente da Câmara de Deputados, com data de 25.8.1919, a criação de uma escola primária superior, na sede do concelho, tendo este comunicado que recomendou devidamente tal iniciativa. Em 29 de Dezembro do mesmo ano, a Câmara deliberava adaptar um edifício arrendado a Delfim Carvalho, à rua Pinto Basto, para instalação da então criada Escola Primária Superior e solicitava ao Ministro uma vistoria às instalações, aproveitando para agradecer «o melhoramento com que dotou esta Vila».

Entretanto, em Setembro do mesmo ano, a Câmara Municipal deliberara a criação de um curso primário nocturno, sob a direcção do professor oficial da Vila, tendo entrado em funcionamento e sido aumentado o ordenado do professor. Este Curso funcionava em 1914, em simultâneo com um Curso das Escolas Móveis.

Na sessão de 6.1.1915, a Câmara Municipal analisou um ofício do Professor em Comissão na Escola de Cavalões, pedindo autorização para ensinar particular e gratuitamente indivíduos que ultrapassem a idade escolar, no edifício da escola e sem prejuízo do horário escolar.

A Câmara Municipal fazia reparações em diversos edifícios e equipava-os com mapas e outros utensílios, conforme listagem anterior.

Até a segunda década do século XIX, apenas havia um edifício de raiz na freguesia das Antas, construído pelo Estado, segundo o modelo Adães Bermudes. Também a Junta de Fradelos havia mandado construir um edifício por expensas suas, mas de modelo comum. Assim, verdadeiramente, as primeiras escolas de raiz datam da segunda década do século XX, sendo sempre agraciado todo o contributo que vinha da própria sociedade. Quando do falecimento, em 1919, um legado do Comendador António Ferreira Marques de Sousa, fundador do Instituto Conde de S. Cosme do Vale, na cidade do Porto, destinado à instrução dos cegos, permitiu a instrução do cego Santos Marques e a criação da biblioteca pública da escola oficial de Instrução Primária do sexo masculino de Vila Nova de Famalicão, para o que ofereceu livros e o respectivo mobiliário.

Através de um abaixo-assinado, a Junta de freguesia de Ruivães solicitava, em 10.11.1919, a intercessão da Câmara Municipal junto do Ministro da Instrução, para que subsidiasse a construção de um edifício para o funcionamento das escolas de um e outro sexo.

CONSOLIDAÇÃO DA ESTRUTURA ESCOLAR MUNICIPAL

6. Correlativamente ao desenvolvimento de uma rede escolar para o ensino elementar, entram em funcionamento vários cursos nocturnos e a Escola Primária Superior, com sede na Vila, como se referiu. A Câmara procurava corresponder às necessidades de reparação dos edifícios escolares, continuando todavia adiados os projectos de raiz. Com efeito, eram frequentes as participações dos professores informando sobre a necessidade e reclamando obras de conservação. Para não perturbar o período escolar, o Senado Municipal, viera a deliberar, em 1926, que as obras de conservação passassem a ser feitas em período de férias escolares.

Por ofício, analisado pela Câmara em 13.9.1925, o Inspector Escolar do Círculo de Barcelos, solicitava «com a possível brevidade, uma nota das localidades pertencentes a este Concelho onde se torna necessário criar escolas de ensino primário geral, e ainda em nota à parte, mencionar aquelas que, por mal situadas, deviam ser transferidas para outras localidades, devendo estas informações ser fundamentadas». Em Maio do ano seguinte, através de um novo ofício no mesmo sentido, o inspector recordava que o primeiro havia ficado sem resposta.

A pedido do respectivo professor, «ponderando que em virtude do edifício, particular, onde funciona a mesma escola não ter condições necessárias e sabendo que quando se construiu o edifício Visconde de Sam Cosme do Vale, lhe foi dada uma maior amplitude onde pudesse funcionar qualquer ano do ensino secundário» (Acta de 6.3.1926), foi autorizada pelo Ministro da Instrução, a transferência da Escola Primária Superior para o edifício escolar do Visconde de S. Cosme do Vale (1.6.1926).

A Junta da freguesia de Sto. Adrião (Vila), solicitou a cedência do terreno anexo à Escola de Ensino Primário Geral, para construir um Jardim Escola ou Escola Infantil.

Em 26.6.1926, a Câmara Municipal recebera um ofício do Arquitecto-chefe da Repartição do Ministério da Instrução, em resposta a uma participação da Câmara, perguntando qual o número de aulas que comportará o edifício escolar do Calendário,

pois que o projecto seria remetido brevemente à Câmara Municipal, não podendo esta contar com o apoio financeiro do Estado para a a construção do mesmo.

Ao contrário do que sucedera na passagem de poderes, quando da implantação da República, em que dentro de dias estava nomeada uma nova Câmara, só a 24.7.1926, quase dois meses volvidos sobre o levantamento militar de 28 de Maio, por ordem de José Ribeiro Barbosa, capitão da Guarda Nacional Republicana e Governador Civil do Distrito de Braga, em conformidade com o decreto 11875, de 13.7.1926 fora nomeada a Comissão Administrativa do Concelho. A nova Comissão retomou os projectos que estavam em curso, designadamente o da construção da escola de Calendário e decidiu criar um Curso Nocturno, financiado pela Câmara Municipal.

Através da Comissão Administrativa da Junta Geral deste Distrito, fora solicitada um subsídio para restabelecimento do Curso Complementar de Letras no Liceu Martins Sarmiento, em Guimarães, tendo a Comissão Administrativa concelhia informado que não podia colaborar por falta de dinheiro.

Além das obras de conservação, a Comissão Administrativa despachara, em 4.12.1926, para as escolas o seguinte material: 10 globos *Forest* de 20 Centímetros; 30 mapas Europa *Forest*, 10 mapas Portugal e Colónias *Forest*, 7 albuns de leitura Domingos Cerqueira, 928 impressos nº 266 do Catálogo *Diversos* da Imprensa Nacional.

Relação das Escolas

Escola (1915)	categoria	nomeação	provimento	categoria prov
Antas-S. Tiago	mista	3-3-1911	8-3-1911	temporário
Arnoso-S. Mar	masculina	10-2-1887	23-4-1890	definitivo
Avidos	masculino	10-5-1906	12-2-1010	definitivo
Bairro	masculino	6-5-1904	25-10-1910	definitivo
Cabeçudos	masculina	3-1-1985	26-4-1988	definitivo
Calendário	masculino	4-5-1904	4-1-1911	definitivo
Calendário	feminino	22-2-1913	22-2-1913	definitivo
Carreira	masculino	24-5-1908	24-5-1908	definitivo
Castelões	masculino	19-4-1905	26-6-1909	definitivo
Cavalões	masculino	12-7-1907	16-4-1909	definitivo
Cavalões	feminino	12-1-1900	20-5-1904	definitivo
Delães	masculino	vaga		
Fradelos	masculino	10-6-1896	9-1-1909	definitivo
Gavião	masculino	10-2-1899	20-7-1903	definitivo
Gondifelos	masculino	19-4-1895	19-4-1905	definitivo
Jesufrei	masculino	6-12-1913	6-12-1913	interino
Jesufrei	masculino	3-1-1914	3-1-1914	definitivo
Joane	masculino	17-7-1984	11-8-1887	definitivo
Joane	feminino	8-7-1898	24-2-1910	definitivo
Landim	masculino	17-7-1886	18-7-1889	definitivo
Landim	feminino	3-1-1914	3-1-1914	temporário
Louro	masculino	1-9-1887	1-9-1887	definitivo
Louro	masculino	18-10-1913	18-10-1913	interino
Louro	feminino	8-12-1909	8-12-1909	temporário
Lousado	masculino	15-8-1888	23-12-1891	definitivo
Nine	masculino	9-3-1911	9-3-1911	interino
Oliveira	masculino	31-8-1905	23-3-1909	definitivo
Pedome	mista	16-4-1913	31-1-1900	temporário
Requião	masculina	31-1-1900	31-1-1900	definitivo
Requião	feminina	14-6-1911	14-6-1911	interino
Riba d'Ave	mista	23-3-1898	19-8-1903	definitivo
Ribeirão	masculino	3-1-1914	3-1-1914	definitivo
Ruivães	feminino	6-2-1912	6-2-1912	interino

Seide-S. Mig	masculino	21-5-1902	21-5-1902	temporário
Telhado	masculino	21-5-1902	16-1-1909	definitivo
Vale S. Cosme	masculino	3-2-1912	3-2-1912	temporário
Vermoim	masculino	2-5-1883	10-9-1890	definitivo
Vermoim	masculino	27-1-1906	27-1-1906	temporário
Vermoim	feminino	13-12-1913	13-12-1913	interino
VNFamalicão	masculino	12-7-1907	12-7-1907	definitivo
VNFamalicão	masculino	23-10-1912	23-10-1912	temporário
VNFamalicão	feminino	7-7-1887	7-7-1887	definitivo
VNFamalicão	feminino	18-10-1913	18-10-1913	interino
Total- 1914 =43				
Nine	feminino	9-11-1911	9-11-1911	temporário
Mouquim	mista	2-9-1914	2-9-1914	definitivo
Lousado	feminino	21-4-1915	21-4-1915	temporário
Cruz S. Tiago	mista	18-11-1914	18-11-1914	temporário
Brufe	mista	8-7-1914	8-7-1914	temporário
Arnoso - Sta Eula	masculino	3-7-1914	3-7-1914	temporário
Total-1915 =49				
Gondifelos	feminino	12-1-1916	12-1-1916	definitivo
Lemenhe	mista	29-11-1916	29-11-1916	temporário
Fradelos	feminino	18-4-1917	18-4-1917	temporário
Ribeirão	feminino	18-4-1917	18-4-1917	temporário
Total-1917 =53				

Fonte. Arquivo da CMF Registo das Folhas dos Vencimentos Mensais dos Professores

Escolas e Postos Escolares em 1954

Freguesias/ 1954	Núcleos	Escolas	Postos Escolares	Lugares/ prof
Abade-Sta Maria			X	2
Antas	Antas	X		2
	S.Claudio	X		2
	Antas		X	1
	Vilar		X	1
Arnoso-Sta Eulal		X		1
Arnoso-Sta Eulal			X	1
Arnoso-Sta Maria		X		2
Avidos		X		2
Bairro		X		2
Bente			X	1
Brufe		X		4
Cabeçudos		X		2
Calendário	Bairral	X		2
	Fontelo	X		2
	Senra	X		2
Calendário			X	3
Carreira		X		2
Castelões		X		1
Castelões			X	2
Cavalões		X		2
Cruz		X		2
Delães		X		2
Delães			X	4
Esmeriz		X		1
Esmeriz			X	2
Fradelos		X		2
Fradelos			X	1
Gavião		X		2
Gondifelos		X		3
Gondifelos			X	1
Jesufrei		X		1

Joane	X		3
Landim	X		2
Lemenhe	X		1
Lemenhe		X	1
Louro	X		2
Lousado	X		2
Mogege	X		2
Mouquim	X		1
Mouquim		X	1
Nine	X		2
Novais- S. Simão	X		2
Oliveira-Sta Mar	X		2
Oliveira-S.Mateus	X		2
Outiz		X	3
Pedome	X		2
Portela-Sta Marin		X	2
Pousada Saramag	X		2
Requião	X		2
Riba d'Ave	X		2
Ribeirão	X		2
Ribeirão		X	2
Ruivães	X		2
Ruivães		X	1
Seide-S.Miguel	X		1
Sezures		X	2
Telhado	X		2
Vale-S.Cosme	X		2
Vale-S.Martinho	X		2
Vermoim	X		2
VNFamalicão	X		4

Apenas em dois casos, Abade Sta Maria e Sezures, a rede escolar é composta exclusivamente por Postos Escolares, uma vez que em todos os outros casos, o aumento do número de Postos Escolares corresponde a uma ampliação da rede. Posteriormente a 1954, na generalidade dos casos, os Postos Escolares foram integrados na rede regular, só excepcionalmente tendo dado origem a novos núcleos escolares. Assim, entre 1955 e 1962 teve lugar uma significativa expansão da rede escolar.

7. Foi, em 1914, que a Câmara Municipal organizou um Cadastro das Escolas, por freguesia, fazendo menção dos seguintes itens: sexo, data de criação, local, lugares que serve, condições materiais e pedagógicas: edifício se é próprio ou arrendado, modelo, condições higiénicas, condições pedagógicas, estado de conservação, número de salas para os exercícios escolares, superfície e capacidade de cada sala; habitação do professor, mobília: designação, estado de conservação, modelo das carteiras; utensílios: designação, estado de conservação; biblioteca; museu. Relativamente à criação, foi tomado como referência o ano de 1902, ano em que fora publicado o Regulamento do decreto de 24 de Dezembro de 1901 (19.9.1902), reorganizando a Direcção-Geral da instrução Pública, que se desdobrava em quatro repartições e tendo anexas a Inspeção Sanitária Escolar e a Direcção Técnica das Construções Escolares.

A descrição dos edifícios escolares é muito sumária, com excepção de alguns edifícios construídos de raiz, relevando a escola de Antas - um edifício próprio construído antes de 1902, segundo o modelo de Adães Bermudes. A generalidade das escolas estava sedeada em edifícios arrendados, não construídos para o efeito. Com efeito, para além de Antas, apenas possuíam edifício próprio, ainda de modelo

antiquado, no caso de Delães, Fradelos, Gavião, Louro, Nine, Requião, sendo os edifícios de modelo comum.

Funcionavam portanto em casa arrendada as escolas de: Vermoim; Sta Eulália de Arnoso; Sta Maria de Arnoso onde viera a ser construído um edifício segundo o Plano dos Centenários; Avidos cujo edifício da escola masculina fora adquirido pela Câmara, sendo o da escola do sexo feminino propriedade do Estado; Bairro, vindo o edifício do sexo feminino a ser adaptado pelo Plano dos Centenários; Bente; Brufe que viera a ter um edifício do Estado; Cabeçudos que viera a ter edifício da Câmara para os sexos masculino e feminino; Calendário, edifícios para os sexos masculino e feminino; Carreira, edifícios para os géneros masculino e feminino; Castelões - masculino, somente; Cavalões - masculino e feminino; Cruz - masculino; Gondifelos, cuja escola foi transferida para a residência paroquial em Maio de 1914; Jesufrei; Joane - masculino e feminino; Landim - masculino e feminino; Lemenhe; Lousado, masculino e feminino; Mouquim; Sta Maria de Oliveira (em 1914 esta escola fechou por falta de edifício adequado); Pedome; Riba d'Ave, Ribeirão (cedido gratuitamente); Ruivães; S.Paio de Seide.

Embora referidas as freguesias, não se afiguram caracterizados os edifícios de Esmeriz, Lagoa, Mogege, S. Mateus de Oliveira, Outiz, Portela, Pousada de Saramagos. Possuem residência do professor; carteiras etc...

Com o Estado Novo, a rede escolar adequou-se ao critério de paroquialidade e, através da modalidade de Postos Escolares, diversificou-se em algumas localidades, gerando um quadro intra-paroquial, contrário à criação de edifícios centrais.

Em dois casos, Abade Santa Maria e Sezures, a rede escolar é composta exclusivamente por Postos Escolares. Em todos os outros casos, a criação de Postos Escolares correspondeu a uma ampliação da rede, através de uma diversificação geográfica. Com a construção de edifícios definitivos, posteriormente a 1954, estes passam a integrar os Postos Escolares, que só excepcionalmente deram origem a novos núcleos escolares. É assim que, entre 1955 e 1962, a oferta escolar melhora significativamente.

Ainda que o processo tenha sido afectado por factores de natureza política, a construção da rede escolar de Vila nova de Famalicão reflecte sumariamente a articulação do elemento demográfico com o elemento geográfico, como se referiu. O peso dos factores de natureza pedagógica foi oscilando, e a uma política de criação de centros pedagógicos constituídos por várias salas para a instrução elementar e de uma política supra-paroquial para a instrução primária superior, em curso com a Primeira República, o Estado Novo vai contrapor, numa primeira fase, as salas únicas (Posto Escolar), intra-paroquiais, disseminados pelos aglomerados mais populosos.

Esta síntese sobre a formação da rede escolar faz ressaltar um processo histórico em que se destacam os períodos: Regeneração, década de oitenta do século XIX, 1913-1918, 1955-1962.

É este o quadro informativo de base, no que se refere à materialidade e à funcionalidade. Procurar-se-á, agora, compreender e explicar este quadro informativo, cruzando e relacionando três dimensões fundamentais de uma mesma realidade histórica: cultura, alfabetização/ escolarização, sociedade – um estudo focalizado em contextos geográfico, económico, político e sócio-cultural definidos, mas, simultaneamente um estudo integrado em contextos mais vastos e aberto à comparação.

8. Na constituição da rede escolar, há duas forças básicas que, no caso de Vila Nova de Famalicão se tendem a equilibrar: a acção do poder municipal, a iniciativa particular. É de facto no último quartel de oitocentos como o novo enquadramento legal

criado pela legislação de Rodrigues Sampaio, que a rede escolar cresce de forma gradual e consequente. O poder municipal não oculta a sua preocupação com as questões da instrução pública, mas também não deixa de revelar os esforços com que se debate, tendo de enfrentar em simultâneo várias frentes na modernização municipal. Na viragem de século, a Câmara envolvida, havia cerca de duas décadas em várias frentes financeiras: abertura e melhoramentos de caminhos e da rede viária; organização logística e arquitectónica do espaço urbano e dos serviços centrais do Município, incluindo abertura de ruas e praças, construção dos Paços do Concelho, electrificação pública e preparação do abastecimento de electricidade, optava por uma contenção nas despesas com a instrução pública. Limitava-se a corresponder às solicitações básicas das populações, sendo no final de cada ano, nulo o saldo do cofre da instrução pública. Eram frequentes os pedidos de reparação nos edifícios destinados a escola e habitação do professor, vendo-se a Câmara na necessidade de deslocar temporariamente as escolas para outros edifícios.

Criado em meados do século, o município de Vila Nova de Famalicão herdava uma rede de cadeiras e um conjunto de Mestres que, com excepção da Vila, estiveram sujeitos a contingências de vária natureza, incluindo o encerramento. A pressão das populações não era suficiente para levar a Câmara Municipal a alterar a sua política, relativamente à instrução pública, apesar de, em algumas circunstâncias, as populações terem recebido um parecer favorável do Governo Civil.

A iniciativa particular esteve muito presente na constituição histórica da rede escolar, quer favorecendo o aluguer de edifícios, quer oferecendo mobília, como ainda terreno. A mobilização dos contributos particulares para a instrução pública e para a educação em geral, ficara registada ao longo destas páginas em alguns momentos, mas foi de igual modo muito significativa na constituição de um património bibliográfico, confiado à biblioteca pública.

Que critérios nortearam o processo histórico de constituição da rede escolar?

No período pombalino-mariano, como se verificou noutros locais, a criação, ou homologação régia de cadeiras já existentes, obedeceu a uma articulação entre os critérios demográfico e administrativo. Na sequência da Revolução Liberal, fomentando os princípios da gratuitidade e da obrigatoriedade da frequência das Cadeiras de Primeiras Letras e com uma revisão do estatuto administrativo de algumas localidades e instâncias de poder local, aos critérios demográfico e administrativo, veio associar-se um critério geográfico - proximidade e facilidades de acesso, tendendo a alargar-se a rede escolar, sobretudo a partir de 1844. Correlativamente, houve uma liberalização e um estímulo ao crescimento das Cadeiras Particulares.

Este enquadramento geral, permite compreender o processo histórico famalicense, no que se refere à instrução pública. Ao mapa escolar herdado do Antigo Regime, muito reduzido, dada a escassez de Coutos e Honras no espaço concelhio, sucede uma rede escolar circunstancial, articulando factores demográficos e iniciativa privada, por parte de uma rede de mestres que procuravam garantias de frequência para sobreviverem. É a rede que chega à Regeneração, em boa parte fruto de conjunturas favoráveis, oportunamente exploradas por mestres, em trânsito, reflectindo uma dinâmica histórica de transição, em que ressaltam os itinerários terrestres e a diversidade sócio-produtiva. Gradualmente porém, com excepção do centro urbano, é no Famalicão rural, por contraponto às zonas mais industrializadas, que as Cadeiras de Primeiras Letras apresentam maior regularidade de funcionamento e de aproveitamento. Com efeito, a rede escolar observada em 1866 é essencialmente uma rede rural: (Vila Nova de Famalicão), Vermoim, Carreira, Cavalões, Joane, Cabeçudos, S. Cosme do Vale, Jesufrei, Oliveira S. Mateus.

O desenvolvimento desta rede escolar, cujo funcionamento gerou agrupamentos em que começavam a fazer-se sentir desequilíbrios internos, faz antever a evolução seguinte. Assim, tomando por referência o movimento escolar de 1866, enquanto Vermoim concorria com 11 crianças, de Requião afluíam à escola de Vermoim 14; Ruivães contrapunha 37 crianças, às 22 de Carreira; Minhotães apresentava 15 crianças, contra as 15 de Cavalões; S. Maria de Arnosos, enviava 16 crianças à escola de Jesufrei que apenas assegurava 11. Estes agrupamentos escolares eram por consequência o resultado de uma conjuntura histórica em que grupos minoritários procuravam a instrução, deslocando-se para as escolas mais próximas, prosseguindo a lógica que já havia sido adoptada com referência aos mestres, mas revelavam-se incompatíveis com a generalização do ensino e com as tendências para um reforço do critério de paroquialidade, ao nível da instrução elementar. A evolução dos anos seguintes viria a comprovar esta instabilidade. A Cadeira de Vermoim chegou a ser transferida para Requião e em 1888, a Cadeira de Carreira fora transferida para S. Simão de Novais, que em 1885 havia sido integrada, em Carreira, para efeitos eclesiásticos. Num como noutro caso, a Câmara Municipal justificou ao inspector que a mudança se devia à dificuldade em encontrar edifícios condignos para a manutenção das escolas, acrescentando que no segundo caso, a cadeira continuava em Carreira, visto Novais haver sido integrado. Todavia, em 9 de Março de 1888, a Câmara oficiava à junta de paróquia de Carreira que «sendo ordenado superiormente à câmara» devia a escola voltar imediatamente para a Carreira, devendo a junta preparar um edifício. Também a Cadeira de Vermoim, viria a ser reposta, tendo sido criada uma outra em Requião.

Há por consequência duas lógicas em confronto, de um lado o município dando uma resposta selectiva e discriminatória à instrução e do outro lado, uma visão mais tendente para a universalização, por parte da inspecção.

Esta tensão entre o município e a inspecção, está associada a uma outra - a de município e paróquia, pelo que, no último quartel do século XIX, em que factores de integração municipal e factores de reforço e afirmação paroquial, nem sempre convergem em objectivos comuns, a política de alargamento da rede escolar foi mediatizada por factores demográficos e geográficos. Em 1878, a Câmara Municipal, face aos requerimentos das Juntas de Fradelos e da Junta do Louro para a criação de escolas, naquelas localidades, entendeu ser tal criação de toda a conveniência, dado tratar-se de freguesias populosas e não haver escola que esteja a distância de poderem aproveitar.

Ainda que não haja uma notícia concreta sobre a aprovação do Mapa Escolar, os pressupostos que presidem ao ofício remetido pelo vice-presidente, Francisco José da Cruz Trovisqueira, a um conjunto de juntas de freguesia que em Abril não tinham ainda remetido os mapas de recenseamento escolar, nos termos do ofício de 20 de Janeiro de 1887, são de um entendimento de que a obrigatoriedade escolar é extensiva aos agrupamentos de escolas e não apenas às localidades directamente servidas com escola. Com efeito são pedidos os mapas de Vilarinho, Seide S. Paio e Seide S. Miguel, Portela, Lagoa, Mogege e outras freguesias sem escola.

Na reunião camarária de 18 de Agosto, foi retomada a discussão sobre o plano geral provisório das escolas, plano que viera a ser remetido ao inspector em 25 do mesmo mês e ano.

A referência paroquial das cadeiras do ensino primário acabaria por constituir-se em requisito fundamental, pelo que, já no ano de 1879, a junta da freguesia de Nine solicitara a criação de uma cadeira com sede na freguesia. Também a Junta Escolar se revelava favorável à paroquialidade, fazendo uma interpretação à letra da Lei de 1876, o que em parte explica o adiamento na definição do Mapa Escolar, consequência de

alguma conflitualidade entre a Câmara Municipal e a Junta Escolar, relativa aos critérios de agrupamento de paróquias. A resistência municipal em adoptar o critério da paroquialidade, faz-se sentir na área peri-urbana, posto que Calendário, sendo no último quartel do século XIX, uma das freguesias mais populosas, só teve escola própria com o Estado Novo, embora o processo já estivesse instruído com a República.

Na transição para o século XX, os eixos viários Braga-Porto e Guimarães -Vila do Conde, cruzando no centro urbano e os itinerários ferroviários da Linha do Minho e dos Ramais da Póvoa e Guimarães, constituíam os principais factores de ordenamento territorial da rede escolar, o que revela um processo histórico de grande confluência, entre os principais factores de desenvolvimento - demográfico, económico e de comunicação. Marcado por uma intensa ruralidade a um lado e pela secundarização e afirmação da industrialização a outro, mediatizados por um centro urbano de trânsito, serviços e administração, o município de Vila Nova de Famalicão era à entrada do século XX, um município definitivamente inscrito na Contemporaneidade. Uma economia profundamente mercantilizada, com uma diferenciação geográfica e sociológica na base da produção e circulação de bens materiais e de serviços, voltado para investimentos de vanguarda: a electrificação, uma densa rede viária de comunicação intra e intermunicipal, a instalação definitiva de núcleos, burocráticos, jurídico-administrativos, sócio-culturais, sanitários, hoteleiros e logísticos, em geral, onde o público e o privado se equilibram numa permanente dialéctica

Tratava-se de uma dinâmica concelhia integrada, que aliava uma progressiva universalização da instrução elementar a uma gradação e mesmo a uma segmentação, nos planos instrutivo e formativo, na sede de concelho, de uma sensibilidade crescente ao papel da cultura escrita na modernização, como factor de cidadania e como factor de produção económica, suporte básico da secundarização e da terciarização da economia e das relações sócio-produtivas.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NA INTERCEPÇÃO DE INTERESSES E OLHARES ANTAGÓNICOS

O MUNICÍPIO/PARÓQUIA, AS FAMÍLIAS, A INSPECÇÃO

9. Representação/ projecção, interpretação e assumpção de papéis e funções - como foram assumidas pelos agentes e actores as decisões educativas? Como constituíram um processo de envolvimento da comunidade? Quem assumiu os destinos da instrução pública no concelho? Como foi orientada esta decisão? Que representação ou que representações quanto a futuro estiveram presentes na definição e nas práticas educativas?

A instrução foi causa pública e privada. Em vários momentos desta investigação, as fontes nos informam sobre conflitualidades e distintos comportamentos e expectativas sobre a instrução pública, a alfabetização, as funções e a utilidade da escola, e, por outro lado sobre diferentes estratégias para implementar tais acções. Ainda que, em torno do poder municipal se tenham definido as principais linhas de rumo e os principais momentos na evolução da escolarização e da instrução pública, há questões mais abrangentes e a problemática é mais ampla, desafiando outras forças, outros protagonistas, e outras soluções.

Uma acção de particular relevância é a da Junta Escolar, que muito embora cumprindo a lei o fez sob uma coerência e uma vigilância exemplares. Nomeou comissários idóneos, que aliás são na generalidade os párocos, ainda que sempre que possível procurasse civis, pais de família; denunciou situações de incumprimento por parte dos professores, como foi o caso do professor de Joane, em 1882, que havia

abandonado funções, devendo ser processado e aberto novo concurso - foi o que sucedeu; vigiou o comportamento das famílias, tomando o partido destas na conciliação do horário escolar com a participação das crianças nos trabalhos domésticos, zelou pelo cumprimento da obrigatoriedade de recenseamento das crianças em idade escolar; ponderou os concursos dos professores, oscilando entre a experiência e a normalização, para aferir dos seus pareceres.

Os professores que constituíram a primeira geração de mestres com quem se opera uma estruturação definitiva da rede escolar, eram na sua generalidade homens, habilitados com a frequência de cadeiras ao nível do ensino secundário, e que fizeram exame de habilitação. Alguns cursaram depois a Escola Normal Complementar do Porto. A segunda geração de mestres apresenta uma preparação mais adequada às funções, exerce praticamente em exclusividade e assegura uma regularidade de frequência por parte dos alunos. Socorre-se dos livros mais habituais, sendo mais frequente o recurso a Abecedários, à Cartilha do Abade de Salamonde, ao Método Prático de Aquiles Monteverde.

O Município desempenha uma função determinante, sobretudo no último quartel do século XIX, tendo o abade Adriano Pinto Bastos fomentado uma acção esclarecida no que se refere à sensibilização, ao fomento e à responsabilização das partes pelo desenvolvimento da instrução pública. Privilegiando os naturais do Concelho e a continuidade de funções, a Câmara Municipal reconduziu como provisórios, até que pudessem habilitar-se com exame para definitivos, professores que não tinham obtido o primeiro lugar através de concurso.

Esta política dos municípios empenhados na protecção dos seus professores, prolonga-se pela Primeira República, o que levou a Câmara de Famalicão a apoiar uma petição apresentada pela Câmara de Azambuja ao Ministério da Instrução Pública, que promulgasse uma lei que permitisse aos externos poderem fazer exame de professores na escola Normal de Lisboa, sem frequência prévia na mesma Escola Normal (Acta de 3.3.1915).

Também a inspecção fomentava a melhoria de habilitação dos professores, sendo favorável à concessão de licenças. Enquanto teve a seu encargo o pagamento aos professores, o Município organizou uma escrituração rigorosa e cumpriu escrupulosamente as suas obrigações. Cautelosa na abertura de novas escolas, pois que apresentava um orçamento em que a receita cobria rigorosamente as despesas, honrou no entanto os compromissos que assumiu, ainda no que se refere à aposentação dos professores.

As fontes informam sobre vários legados e sobre os legatários efectivos, iniciativa de privados que em vários momentos representou passos fundamentais para o destino das Escolas e da escolarização - as freguesias de Louro, Ribeirão, Bairro e a própria Vila beneficiaram de legados significativos. O respeito pelo cumprimento dos legados, levou o Administrador a consultar directamente a população do Louro, sobre se estava contente com o seu professor. Mas a iniciativa local e privada compreendeu outras formas de mobilização e, em 1896, a Junta de Freguesia de Famalicão (Sto. Adrião) constituía-se em Comissão de Beneficência para obter fundos, por subscrição pública para construir uma escola de raiz para ambos os sexos. O processo não foi autorizado pela Administração Política Civil 1ª Direcção, 1ª Repartição (DGAPC, Mç. 2374, Lº 54, Nº 718).

10. A resposta a este conjunto de questões faz ressaltar o papel da instituição municipal, ainda que naturalmente não seja suficiente como explicação. A acção do poder municipal não se fez sentir sempre da mesma maneira, nem com idêntica

intensidade. Desde a fundação do Concelho que as questões da instrução foram abordadas em reunião de Câmara, mas somente com sentido de execução, assim a questão remuneratória aos professores, as nomeações. É na sequência da legislação de Rodrigues Sampaio que se verifica uma intensificação das questões sobre instrução, no âmbito do poder municipal, mas só em 1884 é nomeada a Junta Municipal para a Instrução Pública e passa a haver um Copiador para a Instrução e uma escrita organizada, relativa ao cadastro das escolas e ao pagamento aos professores.

Os assuntos da instrução estiveram contudo sempre presentes. Em 27 de Julho de 1878, um dos Vereadores apresentou uma proposta, engrandecendo os méritos e os bons resultados do Método de João de Deus e «intimamente convencido dos deveres que nos crescem da ilustração dos povos, e de que a felicidade destes e, por consequência, do paiz esta nella; e de que, para esse fim, não nos devemos poupar a quaisquer sacrifícios, proponho que, no próximo orçamento municipal que se organize, se inscreva uma verba que julguem suficiente, para que um dos professores mais distintos do Concelho vá a Lisboa leccionar-se com o ilustre autor d'aquelle methodo, a fim de que, competentemente habilitado, possa diffundir tão util systema». Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

A Câmara Municipal desenvolve uma acção em diversas frentes, na sequência da lei de 2 de Maio de 1878 e do Regulamento de 28 de Julho de 1881: abertura de concursos, instrução dos processos, recolha de pareceres, selecção e nomeação dos professores; criação, aluguer e adaptação das instalações das escolas; recenseamento das crianças em idade escolar; controlo e pagamento aos professores; organização dos exames de instrução elementar.

Em 1884, sendo vice-presidente da Câmara, o abade Adriano Pinto Bastos, inicia-se um ciclo de renovação na política educativa municipal. Criada e empossada a Junta Escolar, em 1881, a Câmara Municipal passa agora, mais claramente de agente a controlador e supervisor da acção das juntas de paróquia, dos professores e da população, da própria Junta Escolar. A Câmara centraliza toda a comunicação e relacionamento interno e externo entre os órgãos, no que se refere à instrução pública e remete cada assunto para os seus órgãos competentes. Assim os professores tratam as suas questões profissionais e logísticas directamente com a Câmara Municipal, como também a ela cabem as advertências ao comportamento daqueles. Assim, em 12 de Outubro de 1882, o professor de Ribeirão apelava para a Câmara a fim de que providenciasse para que a Junta de Paróquia lhe prestasse casa para habitação, e que enquanto tal não acontecer o autorize a fazer um horário seguido, sem interrupção do meio-dia. Por outro lado, e também apenas como exemplo, em 31 de Março de 1885, após participação do Delegado paroquial da Junta Escolar respectivo e apreciação da mesma pela Junta Escolar, a Câmara através do seu vice-presidente advertia, severamente o professor oficial de Nine, com pena de repreensão, podendo incluir suspensão com perda de vencimento, caso voltasse a não comparecer à escola, como havia feito nos dias 21 e 23 desse mesmo mês.

A legislação de Rodrigues Sampaio abre também um novo ciclo no relacionamento entre as Câmaras Municipais e os Governos Civis que estão cada vez mais presentes no atendimento aos desígnios das populações e na vigilância efectiva da acção das Câmaras Municipais no que se refere à instrução pública - recenseamento e frequência escolar, rede escolar, pagamento aos professores.

A definição de um horário escolar que articulasse os requisitos de uma regularidade escolar com os condicionalismos de uma região em que as crianças sazonalmente eram mais intensamente ocupadas nos trabalhos agrícolas, constituiu uma preocupação para a Câmara Municipal, ao lado de uma definição do calendário escolar,

com datas para recenseamento e matrícula das crianças e fixação da interrupção das actividades no período de Verão, bem como para obras de beneficiação das casas escolares, sem perturbação das actividades pedagógicas. Ouvida a Junta Escolar, a partir de 1885 fora fixado o mês de Julho para matrícula das crianças em idade escolar, sendo afixado edital nos lugares mais públicos do concelho. Cabia aos pais, encarregados de educação e tutores a responsabilidade de matrícula das crianças em idade escolar, junto do professor. Em 1886, este prazo fora revisto, tendo sido criadas duas épocas de matrícula, a primeira nos primeiros quinze dias após as férias da Páscoa, e a segunda nos segundos quinze dias do mês de Outubro. O recenseamento das crianças em idade escolar, decorria no mês de Março de cada ano e era da responsabilidade das Juntas de Paróquia.

No mesmo 1 de Julho de 1885, fora afixado um edital regulamentando os períodos diários de funcionamento lectivo. A aula da manhã, durante os meses de Junho, Julho e Agosto principia às 7 horas e termina às 10 horas e nos restantes meses funcionará das 8 às 10 horas. A aula da tarde funciona das 3 às 5 horas, nos meses de Junho, Julho e Agosto e das 2 às 4, nos restantes meses. Para além do edital, os professores foram prevenidos por ofício individual. Relativamente ao aviso para a matrícula, foram enviados ofícios aos párocos, solicitando que os lessem durante as missas de domingo e depois os afixassem na porta da igreja. Idêntico ofício fora enviado para cada um dos Delegados Paroquiais.

Estas medidas para fomento da escolaridade não colheriam grandes efeitos, senão apoiadas numa política de maior comprometimento da sociedade, quer no plano material, quer no plano da mobilização e do fomento. Assim o entendia a lei geral de 2 de Maio de 1878, ao consagrar a criação de Comissões de Beneficência e Ensino, nas localidades que tenham escola, assim o entendeu a Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão que a partir de Agosto de 1885 procedeu à constituição de tais comissões. Estas comissões de beneficência, por lei integravam o pároco e pessoas consideradas idóneas. Foi um processo bastante rápido o de nomeação das comissões de beneficência e ensino, nas localidades com escola pública, do concelho de Vila Nova de Famalicão. Porém, em ofício de 11 de Agosto do mesmo ano, o vice-presidente informava o inspector da 4ª circunscrição escolar que não tinha ainda notícias da instalação das mesmas.

Ao fechar o ano de 1885, a Câmara, instada pelo Governador Civil, informa que tem pagos todos os ordenados e gratificações aos professores, por frequência, exames e participação nas Conferências Pedagógicas. Mais informa que não apresentou orçamento extraordinário para a instrução porque a despesa foi coberta pela receita. O orçamento para a instrução, no ano de 1885 fora de 2.454\$000, estando, em finais de Novembro gastos 1.876\$640. Ao encerrar o ano de 1886, a Câmara informava o Governo Civil que tinha saldado todas os pagamentos e gratificações aos professores e que não tem recebido qualquer subsídio da Junta Geral do Distrito para as despesas da instrução primária.

A estruturação dos circuitos de comunicação e de relação, conduziram a que gradualmente, nos assuntos de cumprimento ordinário, os professores passassem ser, directamente contactados pelo escrivão da Câmara, como sucedia com o mapa de frequência mensal.

11. A relação da Câmara Municipal com a inspecção escolar não parece suficientemente esclarecida pelos regulamentos, tendo surgido algumas questões, designadamente no que se refere aos atestados de bondade do tempo lectivo dos professores, à selecção dos professores e ainda relativamente à homologação dos

edifícios escolares. Um relativo mal-estar que não é exclusivo de Vila Nova de Famalicão, cuja compreensão escapa à historiografia da educação. Com efeito, num período de fomento da instrução pública e em que as leis tanto apelam como exigem, pelo tanto autonomizam como desautorizam, faz sentido perguntar quem é quem e quem responde a quem? A existência de comissões de beneficência e de ensino, confiadas a pessoas idóneas, sob a presidência dos párocos, será inteiramente compatível com o exercício de uma inspecção cuja acção vá para além da internalidade da relação pedagógica? Que os inspectores vigiem os professores, quanto a métodos, programas, exames, é compreensível. Que levassem a sua acção para mandarem encerrar salas de aula, obtidas à custa dos serviços das Comissões de Beneficência e de Estudo, ou com empenho das Juntas de Freguesia, ou de particulares, parecia menos consensual.

Em 26 de Janeiro de 1886, a Câmara Municipal, tomava muito a preito estas questões e, sob a forma de pedido de esclarecimento, confrontava o inspector com o processo de criação de escolas, a partir de uma circular do inspector com data de 16 do mesmo mês e ano. Desejava saber se deliberando a Câmara criar uma escola, ouvidas a Junta Paroquial para contribuir para a casa e para a mobília e a Junta Escolar, submetido o processo à aprovação da Comissão Executiva Distrital e subindo o processo, através do Governo Civil, a despacho régio por decreto, seria necessário instruir o processo com mais alguns elementos? Com efeito, onde entra o inspector e como poderá ele emitir parecer sobre se estão ou não reunidas as condições de funcionamento da dita escola, ou sobre prazos de abertura de concurso para os professores e de fornecimento da mobília, etc.? Tomando como referente o processo da criação da escola de Landim, no ano de 1886, a Câmara começa a relacionar-se com o inspector, apenas no momento em que informa que abriu concurso para professor, vindo mais tarde a convidar o inspector a visitar as instalações escolares. O professor interino entrara em funções em 19.6.1886, e o ofício a convidar o inspector data de 15.7.1886.

Este não era todavia o entendimento mais correcto para a intervenção do inspector, pelo que em 6 de Agosto do mesmo ano, o vice-presidente da Câmara expedia um conjunto de ofícios, pois que estando marcada a «vistoria» do inspector à casa e mobília da escola para o dia 10 de Agosto, pelas 9 horas, a ela deveriam comparecer o pároco, o presidente da junta paroquial e o facultativo (médico). No mesmo contexto, em 22 de Dezembro de 1886, a Câmara oficiava ao Inspector para que vistoriasse a casa e mobília da escola do Louro. A visita fora marcada para as 10 horas dia 30.12.1886, sendo de igual modo convocados, o presidente da junta paroquial, o pároco e o médico. Provavelmente o resultado da vistoria foi negativo pois que, em ofício de 12 de Fevereiro de 1887, o vereador, servindo de presidente, Adriano Pinto Basto, solicitava ao inspector da 4ª Circunscrição Escolar, nova vistoria, sendo marcada para as 8.30 horas de 19 de Fevereiro de 1887.

Mais clara parece a relação entre a Câmara e a Inspeção sobre a interpretação da lei quanto aos professores, prioridades em concurso, contagem de tempo de serviço. Em 15 de Abril de 1887, a Câmara, dando sequência a uma consulta que fizera ao inspector da 4ª Circunscrição Escolar, oficiava ao professor de Vermoim que poderia ver o seu contrato renovado por três anos, independentemente de concurso, desde que o solicitasse por escrito no prazo de dez dias, uma vez que durante 1886, se havia habilitado com um novo diploma. Como esta habilitação fora obtida com a classificação de *suficiente*, entendia a entidade municipal que o professor se teria de sujeitar a concurso público, assim não o entendeu porém o inspector. Também frequentemente a Câmara consultava a inspecção designadamente sobre questões de aposentação de um ou outro professor e sobre matéria de gratificações.

Mas as relações entre a autarquia e a inspecção estavam longe de estabelecidas com clareza e rigor. Com efeito no ano de 1887, dois episódios parecem lançar alguma perturbação. Tendo vagado a Escola do sexo feminino, com sede na Vila, a Câmara abriu concurso e procurou reabri-la, quando o processo foi interrompido pelo inspector, pois que não havia sido inspecionado o edifício e a mobília. Apesar de contrariada, pois se não tratava da criação de uma escola, a Câmara teve de solicitar e organizar a vistoria. Um outro episódio igualmente significativo de um cada vez maior controlo e influência normalizadora por parte da inspecção é que por ofícios datados de 14 de Maio de 1887, o vice-presidente solicitava ao inspector se dignasse indicar qual o horário mais conveniente para as escolas do ensino elementar, de um e outro sexo, bem como para a Escola do Ensino Complementar, nas duas estações. Também um episódio surgido com a transferência da Escola de Carreira, para S. Simão de Novais e posterior recolocação em Carreira, porque «ordenado superiormente» leva a crer que a Câmara finalmente se rendia face à inspecção (Copiador da Instrução, of. de 9.3.1888)

Ao vice-presidente Adriano Pinto Basto cabe uma campanha de reforço da escolaridade e de definição de uma política municipal para fomento da instrução pública, em se dirigindo às Juntas de Paróquia para que criassem condições para a criação de mais escolas, em se dirigindo às Comissões de Beneficência e Ensino, quer solicitando o máximo empenho das Juntas de Paróquia, na organização do recenseamento «pois que da valiosa cooperação das Juntas de Paróquia depende, em grande parte, a realização da instrução popular, base essencial da felicidade de um povo» (Copiador da Instrução, ofº ao Presidente da Junta de Delães, 4.2.1886). Na mesma ordem de ideias, escrevia aos delegados paroquiais da Junta Escolar, lembrando que lhes cabe vigiar o processo de recenseamento.

Também esse mesmo ano de 1886 ficara marcado por alguns ofícios em que o presidente da Câmara e não o vice-presidente se dirigiu directamente aos professores, lembrando a necessidade de escrupuloso cumprimento do horário escolar estabelecido em 1 de Julho de 1885. De igual rigor foi vítima o professor de Nine que, havia obtido uma licença por tempo de um ano para estudos, com início em 20 de Fevereiro de 1886, licença essa que lhe foi «cassada» em 31 de Março de 1886, por se verificar que não se tem utilizado dela para o fim com que fora concedida. Pelo teor do ofício datado de 29 de Novembro de 1886, fica-se informado que o referido professor tinha pedido licença para se habilitar com o 2º grau da *Escola Normal do Porto*, mas no prazo de 30 dias não apresentara um documento comprovativo em como se achava cursando a dita escola.

O endurecimento na política municipal da instrução pública ressalta de um ofício à Junta de Paróquia de Nine, datado de 13.4.1886, para que rapidamente providencie para que fique habitável a residência do professor, para que não haja prejuízos para a instrução, estando a Câmara decidida a encerrar as escolas em que as Juntas não satisfaçam as condições da lei. No mesmo dia oficiava ao professor, que independentemente das suas alegações tinha de cumprir escrupulosamente o horário. Também em Agosto do mesmo ano oficiava a todos os professores para que fossem rigorosos nos mapas de frequência pois que se notava algum excesso com vista à obtenção da gratificação estabelecida no artº 31, § 2º da lei de 2 de Maio de 1878

A aprovação pela Escola Normal do 2º grau era suficiente para que os professores solicitassem a sua elevação à propriedade das cadeiras em que exerciam interinamente. Assim o solicitou o professor de Vermoim e assim o solicitaram os professores de Nine, Joane, Carreira, Cabeçudos, Delães, nos anos de 1887 e 1888 – um processo marcado por alguma controvérsia.

12. No caso do município de Vila Nova de Famalicão, o centro urbano, ao não corresponder naturalmente ao prolongamento das hierarquias e das famílias rurais, antes correspondendo a um comércio fixo e de entreposto e a uma pequena burguesia de serviços, funciona num quadro económico e financeiro de concorrência com o mundo rural, o que dificulta também algumas cumplicidades e reforça um sentido autárcito em torno das grandes casas rurais e dos núcleos urbanizados rurais. A dinâmica concelhia afirma-se assim na construção e reforço de uma rede viária que convirja para o centro urbano e no reforço de oportunidades para atracção e condicionamento dos sistemas e ritmos de vida à polaridade e calendário urbanos. Esta dinâmica histórica é particularmente sensível quando se analisa a evolução da rede escolar, bastante polarizada nas zonas periféricas do concelho e se constata um lento processo de desenvolvimento de uma cintura peri-urbana, como já se referiu. De igual modo é visível numa permanência de quintas de média dimensão que transacionam frequentemente de proprietário, atraindo uma burguesia urbana - oriunda do Porto e mesmo de Lisboa, em busca de uma ruralidade mediatizada por acessos e transportes assegurados e por um sentido sazonal de estar. O sentido histórico deste município é muito marcado por esta ideia de estar (sazonal) e estar bem - desenvolvem-se instâncias hoteleiras de vulto e neste jogo da memória, muitos destes famalicenses por afinidade legam à terra um património histórico ímpar.

A construção de estâncias hoteleiras, algumas de luxo, com diversões caras, bem como uma arquitectura civil urbanizada e funcional, contrastando com núcleos urbanos tradicionais, de outros locais do País, marcados por solares rústicos no seu interior, mostra esta ideia de trânsito de pessoas, serviços e bens. A economia mercantiliza-se e multiplicam-se as agências de contabilidade/ escrituração e de representação.

Esta burguesia estante multiplica as assimetrias sociais, pelo território concelhio e impede dinâmicas mobilizadoras de conjunto. O centro urbano é por consequência um local de mobilização, social e política, conhecendo momentos de grande euforia, quer com os republicanos, quer com o Estado Novo, mobilizações pró e contra os regimes instituídos.

No que se refere às questões da instrução pública, as juntas de paróquia ressentem-se desta pequena mobilização local, dadas as assimetrias sociais. Assimetrias a que se associam as características próprias de uma região onde se afirma uma indústria crescente e onde a mobilidade diária (pendular) das populações, em busca de trabalho, perpassa toda a resistência paroquial. A ausência de uma autarcia paroquial forte, reforça a importância da estrutura familiar e gera novas oportunidades para o poder municipal. Assim, os responsáveis municipais investem pelo interior das paróquias, gerindo os assuntos do município a partir do núcleo urbano. Há desde cedo uma dinâmica de comunicação muito assente no escrito, ofício, exposição, e por parte das autoridades municipais, uma sensação de inépcia relativamente aos poderes paroquiais. O mapa escolar, sequente à Reforma de Rodrigues Sampaio, é organizado por agrupamentos, as juntas de paróquia acabam por preparar a casa para servir de escola e por obter mobiliário, mas a paroquialidade da rede escolar só fica cumprida com o Estado Novo. Os mestres oitocentistas deslocavam-se com livros e outro material didáctico, de escola em escola.

Sendo as questões de educação essencialmente de natureza familiar e, dada a assimetria de destinos no interior dos territórios paroquiais, são as paróquias rurais, as que mais prontamente organizam os recenseamentos e são também as que cumprem a escolaridade com maior regularidade. Também as poucas iniciativas das juntas para conseguirem uma escola própria partem de um Famalicão rural. Todavia a escolaridade

é regularmente cumprida por uma minoria, como se referiu ao analisar a frequência escolar.

Sempre que se dirigem às juntas de paróquia, seja relativamente ao recenseamento escolar, seja relativamente à preparação da escola, as autoridades municipais relembram o preceituado legal e transcrevem-no. Também a nomeação das comissões de beneficência e ensino, como o recurso frequente ao contacto através dos párocos parecem confirmar a ideia de um poder paroquial relativamente apagado.

O recurso à comunicação escrita e o recurso a uma escrita organizada como suporte da memória e da relação, justificam que a Câmara solicitasse aos párocos que presidissem às Comissões de Recenseamento Escolar e justifica que tenha surgido algum desentendimento entre as Juntas de Seide S. Miguel e de Sta Marinha do Abade, quando solicitaram aos párocos o empréstimo dos livros de nascimentos, por ocasião dos recenseamentos de 1886 e 1887, respectivamente.

As juntas de paróquia adoptaram uma posição muito reactiva e mesmo defensiva face às questões da instrução pública. Se há alguns casos em que a iniciativa de criação de uma escola partiu delas, como sucede com Fradelos, Louro, cujos requerimentos datam de 1878 e Nine, no ano seguinte, cuja solicitação chegara à Câmara através da administração do Concelho, tendo a Câmara apoiado estas solicitações, vindo mais tarde a negar um pedido da junta de Mouquim, na generalidade dos casos as juntas atrasaram-se no cumprimento das suas obrigações. Sendo como era um município recente, resultado de um processo histórico em evolução, as ligações entre as dinâmicas paroquial e municipal não parecem suficientemente operacionalizadas, pelo que o município se socorre frequentemente de instrumentos legais para se afirmar como instância política e administrativa. Este endurecimento da acção municipal, é uma resposta aos mecanismos representativos do regime liberal, que parece favorecerem uma debilitação do poder municipal, permitindo que as juntas de paróquia se relacionem directamente com os governos civis.

Os Mestres, tomando como referência a geração inspeccionada em 1866, eram um corpo de profissionais, na sua generalidade laicos que procuravam as melhores condições para desempenho profissional, com excepção do mestre de Oliveira S. Mateus que era o próprio farmacêutico e dos de Jesufrei e Cavalões que eram os próprios párocos. Neste contexto, quer os inquéritos da inspecção, quer a relação que estabelecem com as populações reflectem um sentido profissional, que se traduz num esforço por apresentar uma frequência regular de alunos, como também por fazê-los aprovar em exame. Vivendo os mestres unicamente dos seus vencimentos, também se compreende a vigilância das autoridades camarárias à escrituração dos mapas de frequência, suspeitando de alguns casos em que os mestres inflacionariam o número de alunos com frequência regular.

Há alguns conflitos com os mestres, uns com as autoridades concelhias, outros com as próprias populações. Não parecem todavia muito graves, dada a formação e o profissionalismo dos mesmos, em tudo dependentes da sua própria carreira. Em 17.5.1879, a Câmara Municipal recebeu através da Administração, um ofício do Governo Civil, para informar sobre o processo instaurado pela Administração ao professor de Joane. A Câmara informa que a acusação é verdadeira.

Os Mestres eram geralmente bem instruídos, tendo frequentado cadeiras de Estudos Menores, com vista à vida eclesiástica e procuravam habilitar-se com o diploma da Escola Normal, sempre que possível, com vista à nomeação definitiva. A primeira mestra feminina tinha diploma da Escola Normal. Da conflitualidade surgida entre a população de Nine e o mestre, não há notícias precisas, tendo a Câmara

solicitado à Junta Escolar o relatório do Delegado Paroquial. O mesmo para o mestre da Vila, em 7.12.1887.

Destes vários depoimentos pode inferir-se que não há uma representação comum quanto à instrução pública, quer num quadro de expectativa, quer num quadro de realização efectiva e de eficácia. É do poder municipal que advém uma maior preocupação de fomento da escolarização ainda que não da sua universalização. Porém a Câmara esgotou até o limite as suas possibilidades económicas com o objectivo de fomentar a instrução pública. Respondendo a um ofício de Governador Civil, recebido em 6.12.1893, acompanhando uma petição de alguns moradores da freguesia de Mouquim que pediam a criação de uma escola elementar para o sexo feminino, a Câmara informava que havia freguesias mais necessitadas e que

«com respeito à Câmara tomar sobre si as despesas resultantes da criação daquela escola não pode isso ter lugar de forma alguma pelos motivos que passa a responder. Esta Câmara, tendo criado um avultado número de escolas, já votou em seus orçamentos, aplicação às despesas com instrução primária a máxima percentagem que se refere o artigo onze da lei de 8 de Junho de mil oitocentos e oitenta (...). É impossível à Câmara onerar o seu orçamento com mais verba para a instrução, pois que tal despeza, já obteve vinte e cinco por cento da receita municipal. D'aquí para cima é comprometer as finanças do município» (Acta da Câmara, 6.12.1893).

Ainda sobre os diferentes comportamentos face à instrução pública, releva um depoimento incisivo e radical, ainda que único da Câmara republicana, face aos seus antecessores, a pretexto da irregularidade de funcionamento da Escola do Louro. Na Sessão de 21 de Outubro de 1910, empossada a nova Câmara e distribuídos os Pelouros, foi analisada a execução orçamental, sabendo-se que na conta da instrução primária na Caixa Geral de Depósitos havia noventa e quatro mil quatrocentos e vinte e cinco réis. Foi então apresentada uma proposta pelo Vereador Alfredo da Costa, com o seguinte teor

«A escola oficial do sexo masculino da populosa freguesia do Louro está encerrada há cerca de 2 anos, estando um grande número de crianças privado do ensino. Este facto que para a administração monarchica era vulgar e até conveniente, pois tal systema de governo só podia sustentar-se mantendo a ignorancia nas classes populares, é para nós republicanos um crime a que urge pôr termo. A escola do Louro não funciona, todavia, o respectivo professor está vencendo o seu ordenado como se contribuísse com o seu trabalho para o ensino das crianças. O senhor Costa e Sá construiu a expensas suas, um edifício no Louro, destinado à escola oficial da mesma freguesia. Este edifício foi collectado e por este motivo, aquelle cavalheiro, julgando-se melindrado com tal facto, aliás sem motivo, não tem consentido que o referido edifício sirva para o funcionamento da escola oficial. Nestes termos que seja nomeada uma comissão que se entenda com o senhor Costa e Sá para tentar remover as dificuldades que impedem o funcionamento da escola do Louro» (Acta de Câmara, 21.10.1910).

A proposta foi aprovada e sugerido que a manterem-se as dificuldades fosse alugado um edifício na redondeza, incluindo Mouquim (cf. *idem*).

Como foi sentida a escola por parte das populações, das famílias, dos alunos? A resposta a estas questões permite prosseguir a reflexão no sentido de conhecer e avaliar como foram apropriadas a escolarização, a instrução pública e a própria cultura escrita pelos públicos escolares e não-escolares.

A CULTURA ESCOLAR AO SERVIÇO DOS SECTORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO

13. Apropriação – como e com que resultados foi assumida pela Escola? Quem verdadeiramente frequentou as escolas? Com que benefícios?

A frequência escolar, ainda que reduzida, mantinha-se bastante regular, o que talvez releve de uma pressão dos mestres sobre os pais e encarregados de educação. As quebras sazonais não são muito acentuadas, o que revela que, por um lado o horário escolar se adequou às necessidades dos alunos e que, por outro lado, Há uma minoria que regularmente vai à escola e que parece liberta das dificuldades produtivas do quotidiano. O Mapa interrompe no 2º Trimestre de 1892, quando o pagamento aos professores foi de novo centralizado (cf. Quadro nº 3).

Quadro nº 3. Frequência Escolar

Freguesias	1882				1887				1892	
	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T	3º T	4º T	1º T	2º T
VNFamalicao - fem	18	30	9	10	52	35	42	45	20	48
VNFamalicão - mas	42	53	93	60	66	60	64	60	60	60
VNFamalicão- mas/ Aj	30	38		13	36	43	42	43	33	35
Cabeçudos	17	35	52	32	47	38	45	47	44	56
Carreira	35	26	20	27	48	46	43	48	35	35
Cavalões	1	1	5	6	2	1	3	7		1
Delães	32	39	41	42	49	56	58	44	64	62
Jesufrei	23	14	11	24	46	38	36	33	26	27
Requião	43	51	55	56	43	55	60	66	60	60
Ajudante									10	23
Ribeirão	13	29	29	41	19	16	23	22	17	20
Vale - S. Cosme	34	37	35	26	25	27	31	32	32	27
Joane				27	21	25	21	18	53	62
Landim					52	46	54	38	28	52
Nine					31	34	31	36	6	32
Oliveira					45	50	52	43	26	25
Vermoim					41	36	38	33	44	42
Arnos - St Maria					52	45	54	59	39	33
Louro						30	65	59	43	41
Lousado							28	36	42	38
Ruivães									41	44

Ainda que não seja condição suficiente, pois que se torna necessário questionar em que medida a cultura escolar ia ao encontro das expectativas e das capacidades das crianças em idade escolar, um factor significativo para a eficácia da acção escolar era o envolvimento das famílias e a disponibilidade das crianças para frequentarem a escola. Ocupadas nos afazeres domésticos, as crianças tinham dificuldade em frequentar regularmente a escola, sendo vários os apelos de Delegados Paroquiais para que fosse compatibilizado o horário. Em Abril de 1883, o Delegado Paroquial de Ribeirão justificava o pouco aproveitamento dos alunos com a falta de preparação dos mesmos e com as dificuldades de frequência. Também o Delegado Paroquial de Cabeçudos se pronunciava no mesmo sentido, propondo que seja «alterado o horário da respectiva escola pois que «os alunos que a frequentão são, quase na sua totalidade empregados na lavoura, uns filhos família, outros criados de servir, e tanto os pais como os amos, nesta epoca dificilmente os podem dispensar todo o dia, e por isso é de opinião que o horário, nesta quadra seja o seguinte: uma aula só, começando às oito horas da manhã e terminando ao meio dia». (*Livro de Actas da Câmara*, 1883, Acta nº 22). A Câmara aceitou a proposta.

Em Maio de mesmo ano, o Delegado Paroquial de Vermoim, insistia «que a escolha das horas dos exercícios escolares deve ser compatível com o emprego dos alunos nos trabalhos, a que se aplicação», e por isso insinua que «é da maxima vantagem para os habitantes, daquela freguesia, que a Câmara providencie para que o professor dê

as aulas seguidas, desde as sete horas às doze da manhã, evitando-se assim a irregularidade da frequência dos alunos, pois que a maior parte deles não vai à tarde». A Câmara julgando razoável esta proposta, «mandou que se dessem as ordens precisas para se estabelecer aquele horário escolar, na dita freguesia» (*Livro de Actas da Câmara*, 1883, Acta nº 24).

Há uma grande irregularidade de frequência. Até o ano de 1885, a Câmara Municipal reagiu favoravelmente a estes ajustes de horário, mas a partir de Julho desse ano foi inflexível. Nas respostas aos inquéritos de 1866, os professores tinham dado informações sobre as diferenças de frequência entre manhã e tarde, tendendo o turno da tarde a esvaziar-se, em alguns meses do ano (cf. Quadro nº 4).

Quadro nº 4. Inquéritos de 1866 (presenças)

Localidade	Alunos	manhã	fr. méd	tarde	fr. méd.
Famalic - fem	54	220	39,77	220	32,62
- mas.	72	220	44,22	220	44,22
Vermoim	48	242		43	
Cabeçudos	s/ inf				
Carreira	73+2	219	38,84	219	26,55
S. Cosme Vale		660		22	
Cavalões	47	219		219	
Jesufrei	38	211			
Oliv S. Mateus	50+6	221		221	
Joane	111				
Ribeirão	69				
Total	570				
	(508 + 62)				

Fonte - Inquéritos da Inspeção de 1866 (ANTT)

Há dois tipos de informação que permitem ver alguns contrastes. Nos casos em que o número de aulas dadas de manhã e de tarde foi o mesmo, há, em regra, menor frequência de tarde, com excepção para a escola masculina da Vila. Nos casos em que foi autorizado que não funcionasse o turno da tarde, verifica-se que a interrupção foi praticamente por todo o ano. O número elevado de aulas referido pelo professor de S. Cosme (660) deve-se provavelmente a um erro de contagem - contou horas e não dias.

A relação entre alunos do sexo masculino e alunos do sexo feminino é de uma grande desproporção, pois que os primeiros representam 89,1% do total de frequência, a que acresce uma maior irregularidade na frequência média da escola feminina de Vila Nova de Famalicão. Há algumas alunas a frequentarem as escolas de Carreira e de Oliveira, S. Mateus.

Uma análise à composição sociológica das famílias dos alunos, mencionados nos mesmos Inquéritos de 1866, num total de 534 progenitores, mostra que as categorias proprietário-lavrador e lavrador-proprietário são as mais frequentes - 113 (21,2%), ainda que circunscritas às escolas rurais, seguidas da categoria de jornaleiro que pode não corresponder a trabalhos integralmente agrícolas. A categoria jornaleiro, que pode não corresponder ao desempenho de trabalhos exclusivamente agrícolas, está disseminada por praticamente todas as escolas do concelho, incluindo as do núcleo urbano, numa percentagem global de 14,4%. Extraordinariamente, na escola feminina da Vila, a categoria de jornaleiro é predominante, 18 em 53 (34%), a que poderia acrescentar a de criado de servir, que surge em segundo lugar (5), elevando a percentagem relativa para 43,4%. As restantes profissões repartem-se pelos diversos mesteres e pequeno

comércio. De facto, ainda que noutra local se tenha referido que a Vila era sobretudo um local de comércio e de serviços, pode continuar a inferir-se que a escola pública feminina era uma excepção e que a educação das filhas dos estratos médios e superiores da população continuava a fazer-se em casa. Apenas a filha de um proprietário e este de um prédio rústico, frequentava a escola.

Na escola masculina da Vila, cuja frequência apresenta uma grande regularidade, a profissão mais comum, entre os progenitores dos alunos é a de empregado público - 22,4%, relevando, em segundo plano, uma vez mais as de jornaleiro e criado de servir, num total de 13 (19,4%). Dos restantes progenitores, 15% são proprietários, mesteirais e comerciantes. No cômputo global das duas escolas (120), 18 progenitores estão ligados à construção civil (15%) - 9 trolhas, 3 pedreiros, 6 carpinteiros. Curiosamente não há filhas de empregados públicos a frequentarem a escola feminina, o que pode indiciar que estes sectores desenvolvem uma educação diferenciada, para o género masculino e para o género feminino. Nas freguesias rurais, com excepção de Jesufrei onde predomina o lavrador-proprietário, a categoria de lavrador-caseiro espalha-se pelo todo o território concelhio, numa percentagem que oscila entre 10/ 15%.

É em Carreira (9 fabricante e tecelões + 1 fiandeira), e Oliveira, S. Mateus (11- 9 tecelões+ 2 fiandeiras) que surgem com maior relevo as profissões ligadas à indústria - fabricantes, fiandeiros, tecelões - ainda que sempre menos representativas que o sector primário: 25, entre lavradores e lavradores-caseiros, em Carreira e 15 em Oliveira, S. Mateus). A escola de Joane é frequentada por um número significativo de filhos de carpinteiros e marceneiros, ainda que o sector primário seja o mais representado.

Esta análise sumária às profissões dos progenitores e encarregados de educação dos alunos inscritos nas escolas públicas, revela uma vez mais que o núcleo urbano é sobretudo habitado por população ligada aos serviços e mesteres e que a escola serve sobretudo população ligada ao sector primário de produção, composto essencialmente por lavradores-proprietários; proprietários-lavradores e lavradores-caseiros. Se a este agrupamento associarmos os jornaleiros, está representado o principal público das escolas públicas do concelho.

14. Que aproveitamento resulta deste ensino? Como se apropriou a população da cultura e do projecto escolar?

Há dois indicadores fundamentais para responder a estas questões: as taxas de frequência e as taxas de aprovação. No que se refere às taxas de frequência, socorrendo-nos do *Censo da População*, publicado em 1868, respeitante à população em 1 de Janeiro de 1864, podem retirar-se as seguintes conclusões.

a) Como o censo não indica de forma discriminada a população com 11 e 12 anos, não é possível um cômputo global da população em idade escolar - população dos 6 aos 12 anos, em conformidade com a legislação então vigente. É no entanto possível uma estimativa, tomando por medida a média anual obtida por fraccionamento do somatório dos anos 11-15 anos. Foi o que se fez, podendo estimar-se que nos anos de 1864 havia 1988 crianças do sexo masculino em idade escolar e 1890 crianças do sexo feminino.

b) Cruzando os dados do quadro nº 5 com as estimativas globais da alínea anterior, conclui-se que estavam a frequentar as escolas públicas do concelho, 25% das crianças do sexo masculino, em idade escolar e 3,3% das crianças do sexo feminino. Ou seja, no conjunto as escolas do concelho eram frequentadas por cerca de 15% da população infantil em idade escolar de ambos os sexos.

c) Sendo necessariamente mais representativo o caso da população escolar masculina, conclui-se que as escolas públicas são frequentadas sobretudo por crianças oriundas do sector primário da produção, ou seja crianças filhas de lavradores, proprietários ou caseiros e de jornaleiros.

O aproveitamento escolar também pode ser avaliado a partir de indicadores de frequência. Tomando uma vez mais os dados contidos na informação dos professores, relativas ao ano de 1866, os professores da Vila e o professor de Carreira informam sobre a frequência média dos alunos (Cf. quadro nº 5). A observação deste quadro revela que apenas cerca de 50% dos alunos frequentam com regularidade a escola, pelo que serão estes os que seguramente obterão um aproveitamento satisfatório na escolarização. Por outro lado, tomando como referência estes cerca de 30 alunos por escola, aproximamo-nos de um índice pedagógico possível, na relação mestre/ aluno.

Quadro nº5. Frequência (presenças) em 1866

Escolas	total	+300	270/ 299	240/ 269	210/ 239	180/ 209	150/ 179	120/ 149	90/ 119	60/ 89	30/ 59	1/ 29
Famalicão - masc	70	32	4	3	5	2	3	12	7	1	1	
Famalicão - fem	54	30	5					6	10	3		
Carreira	73		38	2	3	1	9	2	8	5	2	3

Fonte - Inquéritos de 1866

Que informação se conhece sobre o aproveitamento? Como evoluía a escolarização destes alunos?

Quadro nº6. Aproveitamento em 1866

Escolas/ Classes Doutrina	Leitura			Escrita			Aritmética			Sistema dec			C	m	tot	
	b	s	m	b	s	m	b	s	m	b	s	m				
Famalicão - fem	1º Clas	1	10	23	3	1							10	5	3	3
	2ª Clas		2	14		2										
	3ª Clas			3												
	4ª Clas					6										
Famalicão - mas	1ª Clas	2	10	8	0	6	10	0	6	3			12	4	30	45
	2ª Clas	2	11	8	2	5	14	4	7	2	0	5	0			60
	3ª Clas	3	5	4	0	5	7	1	6	2	0	0	0			33
	4ª Clas	5	10	4	0	6	10	3	5	7	2	4	1			57
	5ª Clas				2	1	0	0	0	0						31
Vermoim	1ª Clas	5	4	5	6	2	1	3	2	3			16	20	12	39
	2ª Clas	6	3	4	2	3	5	6	3	2	3	1	2			30
	3ª Clas	4	5	3	4	2	3	2	1	3	0	1	2			29
	4ª Clas	4	2	3	4	6	0	1	2	3	1	1	2			75
Carreira	1ª Clas	6	16	16	0	9	12	0	8	10			16	14	24	57
	2ª Clas	3	6	8	0	10	12	0	8	10						64
	3ª Clas	0	6	6	0	6	6	0	6	6	0	10	18			26
	4ª Clas	0	6	0	0	4	6	0	0	6	0	0	4			17
Cavalões	1ª Clas				0	0	1	0	0	7	0	3	6	15	15	14
	2ª Clas	6	10	4	1	2	1	0	7	5	0	1	0			37
	3ª Clas	11	5	3	1	9	0	2	4	3	6	2	0			46
	4ª Clas				1	3	4	3	4	12	6	1	0			34
Jesufrei	1ª Clas	4	2	3	2	5	1	6	1	3	2	1	2	20	18	0
	2ª Clas	5	4	3	3	12	2	2	12	12	2	1	1			59
	3ª Clas	2	5	4	3	11	0	0	2	11	0	2	1			41
	4ª Clas	4	2	4	0	0	2	0	0	2	0	1	2			17
		73	124	130	29	110	106	33	84	112	22	33	39			895

Fonte: Inspeção de 1866 (B= om; S= suficiente; M= medíocre)

Para além dos dados contidos no Quadro nº 6, nas Escolas Masculinas de Vila Nova de Famalicão e de Cavalões funcionavam a 5ª e 6ª Classes, correspondendo às 1ª e

2ª Classes de Gramática. Na Escola Masculina da Vila, apenas 6 alunos foram classificados - pertencem à 1ª Classe de Gramática e obtiveram a classificação de medíocre. Na Escola de Cavalões foi classificado 1 aluno com bom na 1ª Classe de Gramática e 2 alunos com suficiente na 2ª Classe.

Ainda que noutra momento este Inquérito às Escolas revele que, de uma forma geral, era muito significativo o número de alunos matriculados no conjunto dos dois anos imediatamente anteriores ao da observação (1866), a prevalência de classificações, nas primeiras classes, é, não obstante, índice de baixo aproveitamento. Assim, a um abandono precoce da escola ao fim dos primeiros anos de frequência, alia-se um baixo aproveitamento escolar. Este baixo aproveitamento é visível também na prevalência da atribuição das classificações de *medíocre* e *suficiente*. Uma outra conclusão que se retira do Quadro e que vem ao encontro das tendências gerais da pedagogia e da didáctica é um enfoque decrescente da leitura, para a escrita e para a aritmética. Uma gradação de prioridades em que mestres e público convergiam. Exigindo os progressos na escrita e na aritmética um esforço mais prolongado, quer por parte dos mestres, quer por parte dos alunos, é na leitura que a classificação de *bom* apresenta uma relação mais equilibrada com as restantes. O ensino do Sistema Métrico Decimal constituía uma excepção. É na Escola Masculina da Vila que os alunos permanecem mais assiduamente até à 4ª Classe, esforçando-se por obterem exame de conclusão, como demonstra o elevado número de alunos classificados. Também aqui, a prevalência dos níveis *medíocre* e *suficiente*, mostra que os mestres não arriscavam na proposição de alunos a exame e que estes tinham efectivamente dificuldades na sua relação com a cultura escolar. Por contraponto, na Escola de Carreira, o abandono é bem mais precoce. Na Escola de Cavalões, cujo mestre era eclesiástico, os primeiros contactos com a leitura e a escrita parecem desenvolver-se fora do quadro escolar, incidindo o mestre em níveis mais avançados, que prolongava pelo Complementar.

As conclusões que agora se retiram, relativamente ao abandono precoce e ao baixo nível de aproveitamento apontam no mesmo sentido da informação sobre a caracterização do estado de conhecimentos escolares dos alunos que saíram da escola no ano imediatamente anterior. No ano de 1865, não houve alunos que tivessem saído por haverem sido aprovados em exame de instrução pública e dos 7 alunos que saíram da Escola Masculina da Vila, 1 saiu «sem saber ler», 5 «sabendo apenas ler», 2 «sabendo ler e escrever». Ninguém «sabia ler, escrever e as quatro operações», como ninguém sabia «mais de que fica declarado». De igual modo como se referiu não houve alunos «aprovados em exame público».

15. Esta situação alterou-se profundamente no decurso das duas últimas décadas do século XIX, em que foram aprovados 441 alunos, no cômputo global. Deste modo, antes de concluir esta reflexão sobre a instrução pública e a alfabetização da população no espaço concelhio, dever-se-á problematizar um pouco mais a relação entre a demografia, a escolarização e a apropriação da cultura escrita (Quadro nº 7)

Quadro nº 7. Alfabetização

Censo	Tot P	Hom	Mul	LE	%LE	HLE	%HLE	MLE	%MLE
1890-12	31519	14379	17140	5444	17,3	3900	27,1	1544	9
1911-25	37776	17414	20632	9455	25	6231	35,8	3224	15,6
1930-53	44203	21485	22718	13750	31,1	8596	40	5114	22,7

Fontes - Censos da População

O crescimento da rede escolar, no período compreendido entre 1890 e 1930 (taxa de 77,4%) indiciaria um maior crescimento da taxa de alfabetizados que aquele que efectivamente se verificou (60,4%). Em 1930, ainda que a taxa média de alfabetização do Concelho, não fosse muito elevada (31,1%), o que continuava a ser mais notório eram as assimetrias entre as várias zonas. Assim, enquanto a zona urbana apresentava uma taxa de 49%, Carreira e Delães, no centro da zona industrial não iam além de 25% e Oliveira Sta. Maria ficava-se pelos 17,3%. Na parte rural do Concelho, Cavalões apresentava uma taxa de 39,6%, contra 29,6 em Gondifelos. Assim pois, a escolarização continuava a ser um processo que dizia respeito a uma parte da população, um público ou públicos que não alteraram muito a sua relação com a escola. Na parte urbana havia uma procura e um aproveitamento que superavam qualquer das outras zonas. Para além de uma maior facilidade no acesso, também havia mais saídas profissionais em que as habilitações escolares eram necessárias, o que não acontecia com a indústria têxtil que de uma forma geral não valorizou as habilitações literárias. Para além de um mercado de trabalho mais específico e especializado, também a formação especializada se obtinha na Vila.

Desde 1919 que funcionou a Escola Complementar, com uma frequência regular. A preocupação com o fomento de aprendizagens especializadas ficou também assinalada numa petição, sob a forma de abaixo-assinado, apresentada por alguns moradores da Vila «pedindo para que a Câmara Municipal dê ordens ao telegrafista para que ele possa continuar a dar escola aos filhos dos signatários e outros». Submetido o pedido a apreciação de Câmara, os Vereadores, entre eles Pinto Basto teceram diversas considerações, incluindo algumas considerações sobre a casa em que tais aulas decorriam, tendo-se dado por satisfeitos com o facto e recomendando a atenção da Câmara para este pedido (*Livro de Actas*, 7.12.1878). Esta procura de uma formação especializada sobre os mais recentes melhoramentos da comunicação postal indicia um mercado de trabalho em expansão, dadas as características do modelo de desenvolvimento do Município, como se referiu. Multiplicavam-se também as casas de escrituração.

Foram também frequentes as iniciativas para implementar cursos nocturnos. Assim, para além das Escolas Móveis, na Vila e em Calendário, os mestres da Vila, de Vermoim e de Requião e o mestre de Cavalões (1915) solicitaram autorização para «leccionar particular e gratuitamente indivíduos que ultrapassaram a idade escolar, nos edifícios da escola, sem prejuízo do horário escolar». Este movimento tendeu a acentuar-se a partir de 1913. Em ofício enviado à Câmara Municipal em 25.11.1914, o professor do Grupo Móvel da Vila comunicava que o lugar do respectivo curso era insuficiente.

Há uma minoria de alfabetizados em todas as freguesias do Concelho, incluindo do sexo feminino e há, pelo *Censo de 1890*, muitos leitores - indivíduos que havendo frequentado a escola, saíram apenas iniciados à leitura. Uma leitura por soletração, tal como estava previsto nos programas escolares, para os primeiros e segundo anos. Práticas da cultura escrita que permitiam uma informação suficiente sobre os assuntos do quotidiano, podendo incluir pequenos registos, mas sobretudo a leitura. Práticas que permitiram aos principais de cada freguesia exercerem o poder local, ainda que sempre sob uma grande desconfiança e vigilância da Câmara Municipal a quem cabiam as principais decisões, quer no que se refere a decisões materiais, quer no que se refere a decisões de carácter social e cultural.

A escolarização trouxe um avanço sistemático nas taxas de alfabetização, ainda que as escolas parecessem efectivamente vir ao encontro de minorias que já estavam alfabetizadas e queriam reproduzir as capacidades alfabéticas nos seus filhos que

propriamente um início a partir de situações/ zero. De facto o impacto da escola foi absorvido por tais minorias, uma vez que a sua instalação não trouxe saltos nas taxas de alfabetização, até o final da Primeira República. O impacto da escolarização não pode todavia ser exclusivamente avaliado a partir dos índices de aprovação nos exames de instrução elementar, mas sim pelos índices de inserção e de frequência e por índices de alfabetizados, uma vez que a generalidade das crianças abandonava a escola sem fazer exame. Havia instâncias não-escolares de alfabetização a partir das famílias. Muitas crianças apenas frequentavam a escola só para saberem ler, escrever e contar. Em conformidade com o testemunho do pai de família citado no início deste estudo, tais rudimentos – letra redonda – eram suficientes, pois que se não destinavam nem a padres, nem a doutores. De facto, ao longo desta investigação foi possível observar que uma parte significativa da população fazia uma utilização suficiente da cultura escrita, dentro de uma margem de utilidade e de solução das necessidades mínimas do quotidiano. A escola foi todavia a instância fundamental de alfabetização.

Fontes

Arquivo Municipal

Copiador da Junta Escolar, 1881

Registos de Posses e Mercês, 1858 (...)

Termos de Exames de Instrução Primária, 1882-1889

Livro de Autos de Posse dos Professores Interinos, 1929 (...)

Conta-Corrente da Câmara Municipal com a Caixa Económica, a Instrução primária e as Despesas gerais do Município, 1917-1921

Instrução Primária. Matrículas dos Professores, 1882 (...)

Instrução Primária. Gratificações de Frequência, 1882 -1892

Instrução Primária. Matrículas dos Professores, 1882 (...)

Copiador da Instrução Primária, 1884 - 1888

Cadastro das Escolas Oficiais, 1902

Actas da Câmara Municipal

Arquivo da Torre do Tombo

Inspeção Geral às Escolas Primárias, 1866